

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2021-2025 -----

----- **QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA CATORZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.** -----

----- **ATA NÚMERO CEM** -----

----- Aos catorze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto, trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, em Sessão Ordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria do Rosário Farmhouse Simões Alberto, coadjuvada pela Excelentíssima Senhora Ana Maria de Campos Pedroso Mateus, Primeira Secretária e pela Excelentíssima Senhora Maria Leonor Frazão Moniz Pereira da Silva, Segunda Secretária em Exercício.----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais. -----

----- Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Angélique Inês Da Teresa, António Morgado Valente, Bruno Seabra de Oliveira Mascarenhas Garcia, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos Manuel das Neves Reis Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Daniela Fernanda Cartaxo Serralha, Duarte Paulo Meneses Marçal, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno de Eça Braamcamp, Fernando Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco Maria Rosa Fialho Camacho, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, Gonçalo Maria Pacheco da Câmara Pereira, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Isabel Cristina Rua Pires, Isabel Rendeiro Marques Mendes Lopes, João Vasco Cruzeiro Oliveira Barata, Jorge Manuel Jacinto Marques, Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá, José Inácio da Silva Ramos Antunes de Faria, José Luis Sobreda Antunes, José Manuel Amaral Lopes, Luis José Morales de Los Rios Coelho, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal Lage, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Margarida Maria da Silva Gonçalves Neto, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Isabel Gonçalves Dias, Maria Madalena Matambo Guerra Domingos Natividade, Maria Pinto de Carvalho Escaja Gonçalves, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Martim José Rosado Borges de Freitas, Miguel Jesus Neves Ferreira da Silva, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Belo Marques, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Natacha Machado Amaro, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrícia Ana Pappamikail Branco de Almeida, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Miguel Tadeu Costa, Pedro Roque Domingues, Ricardo Filipe Barreiros Mexia, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Silvino Esteves Correia, Sofia Margarida Vala Rocha, Sofia Costa Escária, Susana Maria da Costa Guimarães, Hernâni Ricardo Meireles Sousa, Graciela Lopes Valente Simões, Jorge

Telmo Cabral Saraiva Chaves de Matos, Luís Duarte Albuquerque Carreira, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro Mota Torres, Paula Cristina Pontes Pereira Rosa, Cristiana Lúcia Camilo Vieira, João Paulo da Gama Leite de Barros da Rocha e Castro, José Melo, Maria José Pinheiro Cruz, Nuno Jorge Ferreiro Pardal Ribeiro, Rodolfo Knapic, Rosa Maria Carvalho da Silva.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pela substituta legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Ricardo Marques (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Hernâni Ricardo Meireles Sousa. -----

----- Rute Sofia Florência Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia dos Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira.-----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Rodolfo Knapic. -----

----- Carlos Ardisson (PSD), Presidente da Junta de Freguesia do Parque das Nações, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal João Paulo da Gama Leite de Barros da Rocha e Castro. -----

----- José da Câmara Ataíde (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal José Melo. -----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Cristiana Lúcia Camilo Vieira.-----

----- António Pimenta Prôa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria José Pinheiro Cruz.-----

----- Pedro Pessanha (CHEGA), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Jorge Ferreiro Pardal.-----

----- Américo Vitorino (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- Fernando Correia (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Graciela Lopes Valente Simões.-----

----- José Leitão (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Jorge Telmo Cabral Saraiva Chaves de Matos.-----

----- Hugo Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro Mota Torres. -----

----- Leonor Rosas (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Paula Cristina Pontes Pereira Rosa. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: Davide Miguel Santos Amado, Pedro Miguel Teixeira Frias. -----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores Ângelo Pereira e Diogo Moura. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Rui Franco, Pedro Saraiva, Inês Drummond e Floresbela Pinto. -----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente em Exercício na Assembleia Municipal, Ana Mateus**, declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Ana Mateus**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, Senhoras e Senhores Deputados e quero desse de já cumprimentar o Senhor Vereador Diogo Moura que está a representar a Câmara, Senhores Funcionários, as Interpretes de Língua Gestual, Sandra Bragança e Valentina Carvalho. -----

----- Agradecemos que se sentem, para dar início à Sessão. Vereadores, vamos dar início à nossa sessão. -----

----- Entretanto a Senhora Presidente vai chegar, mas, no entanto, para não atrasarmos mais os trabalhos era bom que os Senhores Deputados e as Senhoras Deputadas se sentassem por favor para darmos início à Ordem de trabalhos, que é longa! -----

----- Senhores Deputados, temos três Votos de Pesar, o Voto 100/01 do PPM, “Pelo falecimento de Maria João Quadros”. -----

----- Voto de Pesar 98/11 do PS por “Carlos Avilez”. -----

----- **VOTO 100/01 (PPM) – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MARIA JOÃO QUADROS;** -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Maria Leonor Moniz Pereira da Silva**, no uso da palavra fez a seguinte leitura do Voto de Pesar: -----

----- “*Voto de Pesar* -----

----- *Pelo falecimento de Maria João Quadros*-----

----- *Maria João Quadros, fadista, faleceu vítima de doença prolongada no passado dia 8 de dezembro de 2023, aos 73 anos.* -----

----- *Maria João Quadros nasceu em Moçambique, na cidade de Nampula, onde desde cedo demonstrou a sua paixão pela música. Os seus passos no mundo da Fado ganharam um rumo especial quando, em 1973, na cidade de Luanda deu vida à casa de fados. Só, um local que se tornou o epicentro da alma fadista na cidade.* -----

----- *Nos anos 80, já em Lisboa, abriu nas Janelas Verdes a casa de fados o Desassossego. Posteriormente viria a abrir o Ovo na Rua da Páscoa, e nos anos 2000 a Casa da Mariquinhas na Praça da Armada. Cantou em todas as casas de fado, tornando-se uma figura conhecida da noite de Lisboa sendo considerada a última fadista tradicional. Ficaram célebres as suas atuações no Novital, e no famoso Velho Pátio de Santana onde atuou para as novas gerações.* -----

----- Ao longo do tempo, Maria João Quadros não abriu apenas as portas para o Fado, mas também o abraçou como uma missão de vida, transformando lugares em memórias, para todos que procuravam a autenticidade da música de Portugal. -----

----- O seu percurso é uma ode à persistência, à paixão, à dedicação e à cultura fadista, perpetuando assim um legado que transcende gerações. -----

----- Além de sua notável carreira musical, Maria João Quadros será lembrada pela generosidade e pela forma como cativava todos com sua humildade e carisma. A sua morte deixará um vazio irreparável no cenário artístico e no coração daqueles que tiveram o privilégio de conhecê-la e apreciar a sua arte. -----

----- Que a sua voz ecoe eternamente em nossas memórias, perpetuando a sua contribuição inestimável para a música. -----

----- Neste sentido, vem o Grupo Municipal do Partido Popular Monárquico propor que a Assembleia Municipal de Lisboa, honre a sua memória e legados, deliberando: -----

----- 1. Expressar o presente voto de Pesar pelo falecimento de Maria João Quadros, expressando votos de sentidas condolências à sua família; -----

----- 2. Guardar um minuto de silêncio em memória de Maria João Quadros; -----

----- 3. Dar conhecimento do presente voto de pesar ao Museu do Fado. -----

----- Lisboa, 14 de dezembro de 2023-----

----- O Deputado do Grupo Municipal do Partido Popular Monárquico – PPM-----

----- Gonçalo da Câmara Pereira” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada!-----

----- Boa tarde a todas e a todos!-----

----- Vamos então votar o Voto de Pesar “Pelo falecimento de Maria João Quadros”, voto de pesar do PPM. -----

----- O **Voto 100/01 (PPM) – Voto de Pesar pelo falecimento de Maria João Quadros** foi aprovado por **unanimidade**. -----

----- (**Ausência do Grupo Municipal do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Graça nesta votação**).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Passamos para o voto de pesar, para mantermos na Maria João Quadros, passamos para o Voto de Pesar 100/03 do CHEGA de Maria João Quadros”.-----

----- **VOTO 100/03 (CHEGA) – VOTO DE PESAR MARIA JOÃO QUADROS - O FADO DA VIDA!**; -----

----- **A Senhora Primeira Secretária, Ana Mateus**, no uso da palavra fez a seguinte leitura do Voto de Pesar:-----

----- “**Voto de Pesar** -----

----- **Maria João Quadros - O Fado da Vida!** -----

----- No passado dia 8 de dezembro de 2023 a cultura portuguesa ficou mais pobre com o falecimento da fadista Maria João Quadros.-----

----- *Nascida em Moçambique a 19 de fevereiro de 1948, Maria João Quadros considerava-se Macua, referindo com orgulho que tinha nascido no meio do mato. ----*

----- *Era uma apaixonada por Africa, que considerava um paraíso. -----*

----- *“Viver em Africa é uma felicidade inexplicável, africa corre-me nas veias”, dizia. -----*

----- *Filha de pais portugueses, radicados há muito em Moçambique, onde o seu pai estava destacado num posto administrativo e a sua mãe professora de profissão, vivia ainda com mais 9 irmão.-----*

----- *Com a família percorreu Moçambique de lés a lés, acompanhando seu pai aquando das passagens de posto administrativo. -----*

----- *Em adolescente foi viver para Lourenço Marques, onde começou a dar os primeiros passos no fado. -----*

----- *Sente que o fado nasceu consigo, “ou temos fado ou não temos”, dizia.-----*

----- *Maria João Quadros mudou-se para Luanda, em busca do sonho de entrar na TAP, mas o destino quis que fosse em Angola que abriria o seu primeiro restaurante de seu nome “Só”, onde também cantava e que foi um enorme sucesso. -----*

----- *Mais tarde e já em Portugal a fadista abriria em Lisboa a famosa “Tasca da Mariquinhas”, sempre acompanhada de elencos de luxo que faziam as delícias dos lisboetas. -----*

----- *Dona de uma voz inconfundível com uma rouquidão característica, atuou além-fronteiras e dizia que o fado para si era um estado de alma, “acordo com fado na alma, um turbilhão de emoções”. -----*

----- *Tiago Torres da Silva era o seu poeta e letrista de eleição, escrevendo muitos fados para a fadista como por exemplo “Meu amor abre a janela”, um dos seus fados mais famosos.-----*

----- *Também foi o autor de todos os fados que compunham o disco “Fado mulato” onde desafiou Ivan Lins, Zeca Baleiro, Chico Cesar, entre tantos outros compositores Brasileiros a criarem a melodia para cada um dos seus fados. -----*

----- *Tiago Torres da Silva disse que Maria João Quadros era “a mais generosa, a mais artista, a mais amiga, a mais atenta aos outros, a mais louca, a mais livre” e que com ela acaba o fado a sério.-----*

----- *Mãe de 4 filhos e avó de 6 netos, Maria João Quadros considerou-se uma mulher realizada e que fez aquilo que gostava. -----*

----- *“Eu gosto de mim”, dizia!-----*

----- *Os portugueses também gostaram muito de si. -----*

----- *Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta do Grupo Municipal do Partido CHEGA:-----*

----- *1 - Manifestar a sua consternação e profundo pesar pelo falecimento de Maria João Quadros;-----*

----- *2- Guardar um minuto de silêncio em memória da fadista, prestando as mais sentidas condolências à família enlutada; -----*

----- *Mais delibera ainda: -----*

----- - Remeter a presente deliberação ao Ministério da Cultura, ao Museu do Fado, à CML e todos os seus vereadores.-----

----- Assembleia Municipal de Lisboa, 14 de dezembro de 2023. -----

----- Pelo Grupo Municipal do Partido Chega -----

----- Bruno Mascarenhas”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada!-----

----- Boa tarde a todas e a todos!”-----

----- Vamos então votar o “Voto de Pesar Maria João Quadro – O Fado da Vida!”-----

----- O Voto 100/03 (CHEGA) – Voto de Pesar Maria João Quadros - O Fado da Vida!”, foi aprovado por unanimidade.-----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Graça nesta votação).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Passamos Passamos ao Voto 100/02 (CDS-PP) – “Voto de Pesar Pelo falecimento de Teresa Oliveira Dias.”-----

----- **VOTO 100/02 (CDS-PP) – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE TERESA OLIVEIRA DIAS;**-----

----- **A Senhora Primeira Secretária, Ana Mateus**, no uso da palavra fez a seguinte leitura do Voto de Pesar:-----

----- “Voto de Pesar-----

----- **Pelo falecimento de Teresa Oliveira Dias**-----

----- Maria Teresa Basto Pereira Forjaz de Oliveira Dias, nascida a 15 de janeiro de 1934, em Coimbra, morreu no passado dia 6 de dezembro, em Lisboa, aos 89 anos de idade.No início da década 50 rumou a Lisboa onde estudou e concluiu o curso de enfermagem na Escola de Enfermagem de Artur Ravara. De seguida, viajou para Inglaterra, onde completou um curso de especialização em enfermagem obstétrica.-----

----- Regressando a Lisboa, iniciou, então, uma intensa atividade profissional nas áreas da enfermagem dos hospitais e das escolas de enfermagem, trabalhando no então denominado Hospital do Ultramar, na Misericórdia de Lisboa, na Direção-Geral dos Hospitais e em escolas de enfermagem orientadas para a formação pós-graduada.-----

----- Na década de 70, voltou às Ilhas Britânicas para fazer os estudos de mestrado no Centro de Educação da Universidade de Ulster, onde apresentou uma tese sobre a aprendizagem da enfermagem em Portugal.-----

----- Teresa Oliveira Dias participou ativamente na vida política portuguesa durante a revolução democrática de 1974 e a mulher que, ao lado de Luís Moreno, Valentim Xavier Pintado, Adelino Amaro da Costa e Diogo Freitas do Amaral, foi um dos rostos da célebre conferência de imprensa de 19 de Julho de 1974 que anunciou a fundação do CDS - Partido do Centro Democrático Social e uma das 8 mulheres que integrava a lista oficial dos 29 fundadores do CDS.-----

----- *Em 1978, casou com Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias, viúvo e pai de onze filhos, que era deputado do CDS desde a eleição da Assembleia Constituinte em 1975, e que viria a ser, em 1981 e 1982, presidente da Assembleia da República.*-----

----- *Teresa Oliveira Dias trabalhou no Ministério da Educação, no Ministério da Administração Interna, na Direção-Geral da Família e no Instituto Português da Juventude. Fez ainda parte do Conselho de Administração do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência.*-----

----- *Em 1989, foi condecorada pelo Presidente da República com o grau de Oficial da Ordem do Mérito.*-----

----- *Católica e dedicada a atender às necessidades das pessoas, encontrou na fé o fundamento para conciliar, com serena generosidade, uma vida profissional intensa e o cuidado de uma família muito numerosa, que conta já com 28 netos e 16 bisnetos.*---

----- *É, assim, prestada, pela Assembleia Municipal de Lisboa, a devida homenagem à vida familiar, profissional e política de Teresa Oliveira Dias.*-----

----- ***Pelo exposto, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em sessão plenária extraordinária, no dia 14 de dezembro de 2023, delibere:***-----

----- ***1. Aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento de Teresa Oliveira Dias e, assim, prestar a devida homenagem à sua vida familiar, profissional e política;***---

----- ***2. Apresentar as mais sentidas condolências a toda a Família;***-----

----- ***3. Guardar um minuto de silêncio em memória de Teresa Oliveira Dias.***-----

----- ***4. Enviar o presente voto à família de Teresa Oliveira Dias, a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República e ao CDS-Partido Popular.***-----

----- *Lisboa, 14 de dezembro de 2023*-----

----- *O Grupo Municipal do CDS-PP*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada!”-----

----- Vamos então votar o Voto 100/02 (CDS-PP) - “Voto de Pesar Pelo falecimento de Teresa Oliveira Dias”.-----

----- **O Voto 100/02 (CDS-PP) – Voto de Pesar Pelo falecimento de Teresa Oliveira Dias,** foi aprovado por unanimidade.-----

----- **(Ausência do Grupo Municipal do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Graça nesta votação).**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra continuou:

----- “Passamos ao Voto 100/04 (CHEGA) – “Voto de Pesar pelo falecimento de Nuno Graciano”.-----

----- **VOTO 100/04 (CHEGA) – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE NUNO GRACIANO;**-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Ana Mateus,** no uso da palavra fez a seguinte leitura do Voto de Pesar:-----

----- “Voto de Pesar-----

----- **Pelo falecimento de Nuno Graciano** -----
----- No passado dia 7 de dezembro morreu o apresentador televisivo e também empresário Nuno Miguel Ventura dos Prazeres Graciano, com 54 anos de idade. Nascido em Lisboa era um orgulhoso e presente Pai de quatro filhos. -----
----- Como formação académica cursou Ciências de Desenvolvimento e Cooperação na Universidade Moderna de Lisboa. -----
----- Figura incontornável da televisão portuguesa, popular pela sua simpatia, assumiu ao longo da sua carreira uma grande polivalência tendo tido inúmeros projetos, tendo iniciado a sua atividade na TVI em 1994 num programa que se tornou icónico “Doutores e Engenheiros”.-----
----- Na TVI fez parte de outro projeto, “Televisto”.-----
----- Posteriormente esteve seis anos na SIC de 2006 a 2012 em vários programas “Não há crise”; “Contacto” e “Companhia das Manhãs”. Sempre granjeando o reconhecimento e acolhimento dos telespectadores. -----
----- Posteriormente foi contratado pelo Grupo Cofina onde esteve até 2016.-----
----- Assumiu a partir dessa altura projetos empresariais, tendo criado um conceito – “Tio Careca” ligado ao ramo dos laticínios. -----
----- No ano de 2018 lançou um livro Não Me Chamem Bom Pai em que fez uma reflexão sobre os aspetos da paternidade, tema que lhe era tão querido e significativo. -----
----- Teve mais tarde uma nova experiência televisiva, em 2019, desta vez no novo Canal 11 como apresentador do programa o Meu Clube dedicado aos escalões inferiores do futebol português. Era também um fervoroso adepto de um dos grandes clubes de Lisboa, o Sport Lisboa e Benfica. -----
----- A sua enorme paixão pela televisão fê-lo aceitar uma última incursão, desta vez inserido num reality show, o Big Brother famosos em 2022. -----
----- Nuno Graciano tinha desde muito novo o gosto pelo associativismo e enquanto estudante participou em vários atos eleitorais de associações de estudantes. -----
----- No ano de 2021, enquanto independente, foi o cabeça de lista do Partido Chega à Câmara Municipal de Lisboa, querendo trazer um projeto de mudança e afirmando o seu desejo de transparência a uma cidade que o viu nascer e que amava. -----
----- Nuno Graciano deixa-nos muito cedo e as inúmeras manifestações de carinho e a significativa moldura humana que o acompanhou até ao fim são prova do afeto e generosidade de tantos e que pode ser atestada por todos aqueles que o conheceram de perto. -----
----- O Grupo Municipal do Partido Chega não podia deixar de manifestar o seu profundo pesar por esta perda de alguém a quem muitos passaram a ver como um amigo. -----
----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta do Grupo Municipal do Partido CHEGA:-----
----- 1 - Manifestar a sua consternação e profundo pesar pelo falecimento de Nuno Graciano; -----
----- 2- Guardar um minuto de silêncio em sua memória; -----

----- *Mais delibera ainda:* -----
----- - *Remeter a presente deliberação à família.* -----
----- *Assembleia Municipal de Lisboa, 14 de dezembro de 2023.* -----
----- *Pelo Grupo Municipal do Partido Chega* -----
----- *Bruno Mascarenhas”*-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigada!-----
----- Vamos então votar o Voto 100/4 (CHEGA) - “*Voto de Pesar pelo falecimento de Nuno Graciano*”. -----
----- **O Voto 100/4 (CHEGA) - “Voto de Pesar pelo falecimento de Nuno Graciano”,** foi aprovado por **unanimidade**. -----
----- **(Ausência do Deputado não inscrito Miguel Graça nesta votação).** -----
----- **(Neste momento fez-se um minuto de silêncio por todos os votos de pesar)** ---
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Durante o decurso da reunião plenária da Assembleia Municipal de Lisboa, na passada terça-feira, à Câmara Municipal de Lisboa solicitou agendamento urgente da Proposta 737/CM/2023, que foi enviada para a 1ª Comissão Permanente para parecer urgente que já foi dado parecer e já foi distribuída.-----
----- Face ao exposto, coloco à apreciação do plenário o seguinte: se aceitam apreciar a Proposta 737/CM/2023, ao abrigo do disposto o Artigo 50 número 2 do anexo da Lei 75/2013 de 12 de Setembro e número 4 do Artigo, 48 do Regimento - a Urgência tem que ser reconhecida por dois terços do plenário, por isso, pergunto ao plenário se aceitam apreciarmos a Proposta 737, hoje, na sessão de hoje da Assembleia Municipal, pergunto se alguém se opõe? Alguém vota contra a introdução da Proposta 737? O PEV opõe-se.-----
----- Então vamos ter de fazer a votação nominal, para garantir que temos dois terços dos deputados.-----
----- A proposta para ser introduzida na ordem de trabalhos do plenário, precisa de dois terços do plenário e deve ser feita por votação nominal. Se nenhum dos deputados se tivesse oposto, considerávamos que tínhamos dois terços garantidos. A partir do momento em que há um deputado que se opõe, temos de garantir que a proposta tem 50 votos a favor. A Proposta 737, diz o Regimento que deve ser nominal. -----
----- Desculpe, não percebi? Interpelação à Mesa.”-----
----- **A Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----
----- “Senhora Presidente, boa tarde!-----
----- Já tinha pensado fazer uma interpelação à mesa antes, mas agora com esta questão torna-se incontornável.-----
----- A primeira questão tem a ver com os documentos que chegam a sessão quase quando ela está a iniciar-se, não me parece de todo cordial para dizer o mínimo, com

os outros grupos municipais que estejamos perante um documento que é lido em voz alta, que nós não conhecemos e que somos imediatamente obrigados a votar, que foi o que aconteceu com o último voto de pesar. -----

----- Por uma questão de respeito, optámos por não levantar nenhuma questão e até votámos de forma parecida com as votações anteriores, mas não é de toda forma de trabalhar, ainda por cima, como eu estive na Conferência de Representantes na segunda-feira, era um voto de pesar que já estava anunciado desde segunda-feira e hoje é quinta-feira, ele chega ao nosso *email* às quinze horas e quinze minutos. -----

----- Não se compreende e não é aceitável! -----

----- Mas sendo um voto de pesar, deixámos passar! -----

----- Segunda questão, esta proposta, eu peço desculpa que, só pelo número de a proposta não estamos a ver o que é? Qual é? Se ela já foi distribuída? Se ela estava agendada? Se fazia parte do conjunto de propostas que já sabíamos e que vinha naquele aditamento ou não? Se a Senhora Presidente, pudesse explicar um pouco melhor, qual era a proposta também para nós percebermos antes de sermos forçados a tomar uma decisão que a quente normalmente, pois não corre muito bem, se fosse possível?-----

----- Obrigada!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Certo! -----

----- Vou só explicar esta questão da Proposta 737. -----

----- A proposta foi, eu referi isso, mas pelos vistos não foi tão claro, nem todos ouviram. Foi solicitada à Assembleia Municipal de Lisboa na passada reunião de terça-feira, a introdução desta Proposta 737, que foi enviada para a 1ª Comissão para parecer, que já emitiu parecer e eu imagino que a proposta tenha sido distribuída? Já foi distribuída. O parecer já foi distribuído, mas como não fazia parte daquele pacote de propostas que tínhamos acordado em Conferência de Representantes, coloco esta proposta ao plenário, porque não fazia parte do outro pacote que tínhamos acertado na Conferência de Representantes e só por isso, ele vem ao plenário. -----

----- Trata-se de uma proposta urgente, foi solicitada pelo Senhor Vereador Diogo Moura. É uma proposta realmente urgente e é sobre Contrato-programa para a Associação da Calçada Portuguesa, é uma transferência de verbas que deveria ocorrer ainda este ano e não sendo aprovada, não será este ano. Essa é a questão, eu só tenho aqui o número, não tenho aqui neste momento..., está aqui!-----

----- A proposta, é para a Associação da Calçada Portuguesa e é relativa um Contrato-programa, já foi analisada na 1ª Comissão, já tem parecer e a questão que coloquei ao plenário era introduzir esta proposta na nossa ordem de trabalhos, houve um deputado que se opôs e, por isso, vamos perguntar individualmente a cada um se concordam ou não concordam, para podermos considerar introduzida na ordem de trabalhos conseguirmos 50 votos. -----

----- Vamos só antes disso, passaram ao CHEGA que pediu para intervir, peço que passem o microfone ao Deputado Nuno Pardal.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Pardal (CHEGA)**, no uso da palavra fez o seguinte esclarecimento:-----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado! -----

----- É só um esclarecimento à Senhora Deputada Natacha Amado que tem toda a razão, naquilo que refere, de facto, nós próprios também não gostamos de receber qualquer documento muito em cima da hora, mas nós teríamos mesmo que fazer este voto, estivemos até à última à espera de autorização da família e por isso é que demorámos mais tempo. Pedimos desculpa, agradecemos também o vosso voto favorável, mas achávamos que era para nós imprescindível pô-lo, esperamos até à última pela anuência da família. -----

----- Obrigada!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada! -----

----- Deputada Cláudia Madeira do PEV.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente! -----

----- Nós pedimos a palavra para dar aqui algumas informações. -----

----- Nós não nos vamos opor propriamente a que a proposta seja apreciada e votada hoje, vamos é solicitar, se for possível, que possamos fazer uma interrupção de quatro, cinco minutos, para podermos olhar para a proposta. -----

----- A proposta esteve na Comissão, mas Os Verdes não têm representação na 1ª Comissão e, portanto, por uma questão de consciência, e de princípio, não podemos votar hoje uma proposta, sobre a qual não temos conhecimento. -----

----- Portanto, em alternativa, em vez de fazermos esta votação, o que iríamos solicitar, era uma interrupção de quatro, cinco minutos para pudermos olhar para a proposta. -----

----- De qualquer forma, já não é a primeira vez que situações deste género sucedem, já foram várias vezes faladas também na Conferência de Representantes, era também desejável que não se criassem este tipo de precedentes. -----

----- Obrigada!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Então vamos dar cinco minutos de pausa, o Vereador Diogo Moura está disponível para explicar a proposta. Damos cinco minutos de pausa e já retomamos os trabalhos, podemos interromper para já a emissão online.” -----

----- (Neste momento os trabalhos foram suspensos por cinco minutos) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem, creio que já está tudo clarificado, queria só confirmar, agradecia que se sentassem para poder confirmar junto do plenário se aceitam a introdução na ordem de trabalhos a Proposta 737/CM/2023, que é uma exceção a ser introduzida no

na ordem de trabalhos de hoje, pergunto se alguém..., vamos só deixar sentar quem falta. -----

----- Pergunto ao plenário se alguém se opõe a introdução da Proposta 737/CM/2023, na Ordem de Trabalhos de hoje? Ninguém se opõe, muito bem! Vai ser introduzido então, no final das propostas da Câmara.-----

----- Gostaria de colocar também ao plenário, ... ninguém se opôs, foi considerada a introdução na ordem de trabalhos.... -----

----- Certo? A Iniciativa Liberal abstém-se, certo!-----

----- Queria também colocar ao plenário a alteração da nossa ordem de trabalhos para que as propostas da Câmara fossem todas apreciadas antes dos votos para garantirmos que hoje acabamos as propostas da Câmara, contudo, se todo correr bem também acabamos com os votos todos é só uma troca, já que são urgentes. Eu sei que há um voto concreto do MPT, mas tenho esperança que se tudo correr bem, vamos conseguir chegar a tudo.-----

----- Só gostaríamos de garantir a que as propostas da Câmara não vão ficar para o próximo ano e, por isso, coloco a pergunta ao plenário: Se é possível alterámos as propostas da Câmara para entrarem, para inverter a ordem no fundo, para entrarem antes do Ponto 13. -----

----- Vamos então continuar os nossos trabalhos. -----

----- Deputado José Inácio Faria do MPT.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez o seguinte esclarecimento: -----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado! -----

----- Eu, o MPT não se opõe, obviamente, mas nós gostaríamos, porque isto vai ser longo e eu também tenho de sair um pouco mais cedo, já lhe expliquei o porquê, à Senhora Presidente, e eu gostaria e, também, penso que não levará muito tempo, que é o nosso Voto 99/02 - Saudação do Centenário do Arquitecto do Mestre António Lagoa Henriques, de seguir a ordem em que está. -----

----- Portanto, antes de passarem a ser agora as da Câmara, antes das restantes propostas, aqui dos grupos municipais. Está bem? Obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado! -----

----- Deputado Manuel Lage.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez o seguinte esclarecimento: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente! -----

----- Ó Senhora Presidente, é só porque, com o devido respeito por todos os pontos da ordem de trabalhos e o PS respeita todos e, por todas as propostas da Câmara, Senhor Presidente, nós a bancada do PS está disponível para reunir hoje até à hora limite regimental dos trabalhos e também estamos disponíveis para reunir para a semana, caso seja necessário.-----

----- O que nós não estamos disponíveis é para atropelar pontos da ordem de trabalhos para aprovar propostas, votos, recomendações, seja o que for a troco de uma limpeza da ordem de trabalhos célere dos trabalhos, porque não é para isso que estamos aqui, isto não é feito a metro, é feito com qualidade e, portanto, se necessário for..., exatamente aquilo que se passou na terça-feira, não pode voltar a acontecer, Senhora Presidente! -----

----- Portanto, nós trabalhamos desde aquilo que nos permite..., é mais ou menos isso, desde às quinze horas até às vinte e trinta ou à hora regimental que a Senhora Presidente determinar. Agora mais do que isso, se necessário for, a bancada do PS estará na terça-feira convocada para esse efeito, Senhora Presidente! Agora não vamos ficar cá nem até à meia-noite para despachar, salvo seja, a ordem de trabalhos, reconhecendo a importância a todos os documentos, nem tão pouco, vamos estar a acelerar o procedimento e a prescindir de intervenções, só porque queremos limpar a ordem de trabalhos antes do final do ano. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado!-----

----- Deputado Carlos Reis, pediu a palavra.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Reis (PSD)**, no uso da palavra fez o seguinte esclarecimento: -----

----- “Senhora Presidente, o PSD, naturalmente, está disponível para que para a semana haja Assembleia Municipal, caso seja assim seja necessário, entendemos sim, ser favoráveis a que os propostas da Câmara Municipal possam ser votadas em primeiro lugar, sem exceção e que os outros votos todos, independentemente da elevada consideração pela importância dos mesmos e, sobretudo, pelo esforço dos seus proponentes, sejam votados de pela ordem que estavam na ordem de trabalhos, esta é a posição do PSD.”-----

----- **A pedido da Câmara Municipal, a Presidente da Assembleia submeteu ao Plenário o reconhecimento da urgência na apreciação e deliberação da Proposta 737/CM/2023 “Aprovar submeter à Assembleia Municipal a atribuição de subsídio à exploração à PORPAV- Associação da Calçada Portuguesa, a respetiva minuta de contrato-programa”, na presente reunião. Proposta aceite pelo Plenário, com a abstenção do Grupo Municipal da IL, cumprindo-se a exigência legal da maioria de dois terços dos membros do Órgão relativamente a esta deliberação.** -----

----- Foi também submetida à consideração do Plenário a alteração da sequência das matérias fixadas na Ordem do Dia, no sentido de as Propostas apresentadas pela Câmara Municipal, (pontos 18, 19 e 20), serem apreciadas e deliberadas antes dos pontos 13, 14, 15 e 16. Não havendo qualquer objeção do Plenário procedeu-se em conformidade. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **9. APRECIACÃO DOS PONTOS 2 E 3 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 738/CM/2023 - MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA PARA**

2023 A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A AIEL – ASSOCIAÇÃO PARA A INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO DE LISBOA, E SUBMETER, PARA EFEITOS DE MONITORIZAÇÃO, O RELATÓRIO FINAL QUE, NOS TERMOS DO CONTRATO-PROGRAMA, A AIEL VENHA A APRESENTAR SOBRE A EXECUÇÃO DO MESMO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 5, DO ARTIGO 47.º, NO ARTIGO 50.º, NO N.º 3, DO ARTIGO 56.º E NO N.º 3 DO ARTIGO 59.º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, E NA ALÍNEA N) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL, SOB CONDIÇÃO DE PRÉVIA EMISSÃO DE PARECER DA 2ª COMISSÃO PERMANENTE; GRELHA A - 60 MINUTOS; VOTAÇÃO;-----

----- (A Proposta 738/CM/2023, fica anexada à presente Ata, com o Anexo I e dela faz parte integrante).-----

----- **PARECER DA 2ª COMISSÃO PERMANENTE;**-----

----- (O Parecer da 2ª Comissão Permanente relativa à Proposta 738/CM/2023, fica anexado à presente Ata, com o Anexo II e dela faz parte integrante)-----

----- **Recomendação 099/04 (2ª CP).**-----

----- (A Recomendação 099/04 (2ª CP), fica anexado à presente Ata, com o Anexo III e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado!-----

----- Vamos dar início aos nossos trabalhos e vamos começar com a apreciação dos Pontos 2, 3 da parte deliberativa da Proposta 738/CM/2023- Minuta de Contrato-Programa para 2023 a celebrar entre o Município de Lisboa e a AIEL – Associação para a Inovação e Empreendedorismo de Lisboa.-----

----- Antes de apreciarmos a proposta, Senhor Vereador Diogo Moura tem uma informação para dar, assim que acabámos este ponto que já começámos depois passaria a palavra ao Deputado José Inácio Faria já estava a dar entrada no processo, portanto, peça Senhor Vereador Diogo Moura, que possa ter a palavra sobre este ponto.-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara em Exercício, Vereador Diogo Moura,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, boa tarde a todos!-----

----- Eu se calhar, hoje para podermos aqui aproveitar ao máximo o nosso tempo, se calhar, prescindiria de uma apresentação mais aprofundada das propostas. Estamos a falar de uma aprovação de atribuição subsídio à exploração AIEL, como sabem, este ano uma das associações, as quais à Câmara faz parte dos órgãos diretivos, nós trazemos um enquadramento jurídico através de um contrato-programa, tanto o subsídio à exploração e o que acontece com várias propostas que temos na nossa ordem de trabalhos e, também, com a Associação de Inovação Empreendedorismo, Lisboa.-----

----- E dar apenas nota também, para que fique registado e depois para votação que, para além da deliberação da Assembleia Municipal, se referir na proposta os pontos 2, 3, também, deve ser incluída a sua emissão à Assembleia Municipal, do Ponto1 e fico disponível para qualquer dúvida que haja sobre esta proposta. -----

----- Muito obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada!”-----

----- Há um parecer da 2ª Comissão Permanente, temos uma recomendação, a Deputada Relatora é a Deputada Marias Escaja, prescinde da apresentação. -----

----- Vamos então chamar os inscritos.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Maria Leonor Moniz Pereira da Silva**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Deputado Miguel Ferreira da Silva, da Iniciativa Liberal.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Reis (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Caros Todos, -----

----- Em nome da Iniciativa Liberal, cumpre e começar por dar os parabéns ao executivo por finalmente, estar, de facto, a regularizar a forma como a existe o financiamento das Associações das quais faz parte e em particular dos seus órgãos dirigentes, era importante e a Iniciativa Liberal, teve oportunidade de o fazer já no ano passado e até no ano transato. E era muito importante, não só seguir como implementar na prática as recomendações do Tribunal de Contas feitas a propósito da sejam turismo de Lisboa a todas as outras associações.-----

----- E, portanto, reconhecemos esse esforço e que queremos saudar e que sabemos será para continuar, de facto, a atribuição de subsídios à exploração através da celebração de contratos-programa, torna esta relação muitíssimo mais clara, mas não são mais clara, mas também fiscalizavam e este é um aspeto essencial para nós. -----

----- A propósito do poder, dever de fiscalização por parte desta Assembleia e em particular em relação à associação para a Inovação e Empreendedorismo de Lisboa e queremos salientar duas coisas:-----

----- O primeiro de existir ainda como anexo e ainda que não com esse nome, um relatório intercalar de execução. Todos nós reparamos que esta proposta vem acompanhado de um anexo no qual, na prática, temos um relatório de execução deste ano, até 31 de agosto. Esse facto é para nós, Iniciativa Liberal fundamental para nós o sentido de voto, estando a celebrar um Contrato-programa sobre o ano atual em dezembro é imperioso que vejamos que, de facto, a gestão de esse apoio foi feita de acordo com aquilo que já se antecipava, que iria ser contrato-programa e, portanto, embora mais tarde do que seria desejável por nós e pelo Tribunal de Contas, queremos dizer que, neste caso, ao contrário de outros que estão na ordem de trabalhos de hoje, mas, neste caso, temos um relatório intercalar de execução que, como digo, é essencial para nós, Grupo Municipal da Iniciativa Liberal, podermos fiscalizar este tipo de contractos.-----

----- Com tudo e também pôr a pôr sugestão nossa, a 2ª Comissão e gentilmente todos os partidos acederam uma recomendação para que, para além deste relatório intercalar de execução sobre o corrente ano e já pensando no Contrato-programa que o executivo venha a remeter esta Assembleia e, em particular, à 2ª Comissão, um relatório sobre os anos anteriores e para nós, Iniciativa Liberal, isto é importante, porque a partir do momento em que vamos poder passar a fiscalizar estes subsídios à exploração, é função dos contratos-programa celebrados, é importante marcar este ponto, deixando toda a informação, os tais factos de que tanto falamos, independentemente da opinião política, factos, absolutamente fixos em relação aos anos anteriores em relação ao regime que vigorou antes dos contratos-programa e isso ainda não existe.-----

----- Sabemos que há abertura por parte do executivo, reconhecemos, mas queremos agradecer também aos outros grupos municipais por aceitarem a nossa proposta de recomendação que veio a ser aceite incluída no relatório da 2ª Comissão. -----

----- Disse! Muito obrigado!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado!”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Maria Leonor Moniz Pereira da Silva**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Passava a palavra então à Senhora Deputada Maria Escaja.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Escaja (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Caros Municípes, -----

----- Secundando a intervenção do senhor deputado que me antecedeu, o Grupo Municipal do Partido Socialista, gostaria de transmitir inicialmente ao senhor vereador que vamos naturalmente, acompanhar esta proposta favoravelmente.-----

----- No entanto, temos algumas questões relativamente, enfim, ao procedimento que foi adotado no âmbito e que está retratado e explanado, no âmbito, da proposta do contrato-programa de anexo, nomeadamente à questão e, portanto, reconhecemos o motivo pelo qual ela surge. -----

----- E, tal como o Senhor Deputado Miguel Ferreira Silva, já o referiu a necessidade de normalizar e formalizar esta questão para não, enfim, não incorremos noutras questões que já surgiram por parte do Tribunal de Contas e, enfim, também de escrutínio, de fiscalização, dada a ação do executivo da Câmara Municipal, mas, acima de tudo, que se lhe colocar algumas questões relativamente àquilo que está a ser ou não, enfim, o contributo mais adequado por parte da Câmara Municipal no âmbito deste projeto em concreto desta a instituição e no fundo da execução e da materialização efetiva da Fábrica de Unicórnios, do Hub do Beato e de um conjunto de projetos que são associados e que constam no âmbito das competências desta estrutura. -----

----- E digo-lhe isto porque e, portanto, reconhecendo que, à partida, não foi transferido qualquer montante, qualquer verba sem ter sido aprovada por parte da

Assembleia Municipal, nesta estrutura, tendo em conta que será o montante retroativo, na medida em que se reporta a 2023. Se alguma forma poderá ser ou não, enfim, se estamos a comprometer ou não, a execução destes projetos? Na medida em que se é retroativo, esta estrutura teve de ter esta liquidez e teve de assumir estes encargos e, portanto, existe a disponibilidade para efetivar.-----

----- Porque se, de facto, o executivo e o Senhor Presidente da Câmara Municipal se vangloriam e diz consecutivamente que ganhámos o prémio e reconhecimento, da Capital Inovação Europeia, que vamos efetivamente investi na inovação social e do empreendedorismo da cidade, mas depois não lhes damos os meios para o fazer, reconhecendo a importância que eles têm. Gostaria de lhe colocar a questão: -----

----- Sabendo que o senhor vereador, é sempre muito disponível para nos prestar todos os esclarecimentos que nós solicitamos, mas essencialmente perceber isso, portanto, se, de facto, não havendo qualquer tipo de transferência, foi informalmente a *Start Up* Lisboa, portanto, a Associação em si que teve que, neste caso concretizar e assegurar estas despesas, se de alguma forma, estaremos a não comprometer aquela que é a sua atuação, não só relativamente a este ano, mas de todos os compromissos que tem que assumir enquanto intermediária destes projetos junto das incubadoras dos projetos de está, temos que apoiar e o que se perspetiva também para 2024? -----

----- Se nós agora vamos executar esta transferência de verbas relativamente a este ano, o que é que se perspetiva? -----

----- O senhor vereador foi muito amável em todos os esclarecimentos que me prestou a semana passada, no âmbito, da 2ª Comissão Permanente relativamente ao *Hub* do Beato e aos projetos da fábrica de unicórnios e tudo o que estava em curso e previsto, no entanto, nas Grandes Opções do Plano, praticamente não há nenhuma referência com os detalhes que nos deu e, portanto, se esses detalhes existem e se esses projetos estão em curso, a questão que eu gostaria de colocar é essencialmente isto; -----

----- É, portanto, se estamos ou não, a comprometer a materialização e o sucesso destes projetos a sustentabilidade, esta estrutura e como é que vamos proceder em 2024? -----

----- Lançando-lhe uma última questão que é; sabendo que existe efetivamente já um relatório de execução até 31 de agosto, que corresponderá a 1ª parte da verba que será transferida e se tem previsto um caderno, ou seja, um digamos, a calendarização relativamente à transferência destes apoios, para a estrutura, na medida em que também constava nos anexos do contrato-programa e da própria proposta, a disponibilidade financeira e a transferência deste montante com data de vencimento de 22 de novembro, portanto, estamos a 14 de dezembro, era tentar, enfim, perceber o enquadramento estas transferências e também, enfim, perspetivar um pouco o futuro, que se prevê para 2024. -----

----- Muito obrigada!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada!”-----

----- Não temos mais inscritos, passo a palavra ao Vereador Diogo Moura, agradeço que possa responder as questões.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara em Exercício, Vereador Diogo Moura,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente! -----

----- Também de forma telegráfica, agradecer as palavras dos senhores deputados municipais que agora fizeram uma intervenção, sobre esta proposta.-----

----- Dizer que a Câmara Municipal de Lisboa está a acatar aquilo que são as recomendações do Tribunal de Contas e, por isso é trazemos aqui o subsídio à exploração através deste enquadramento jurídico que são os Contratos-programa e essa também é a razão, deste que foi aprovada esta recomendação e transmitida à Câmara e como trazemos agora não só esta proposta de Contrato-programa de subsidio à exploração com trazemos também para outras entidades, penso que hoje também estão na Ordem de Trabalhos, a UCCLA, a PORPAV, a Casa da América da América Latina e respondendo já, esta é a razão porque só trazemos nesta altura. -----

----- Depois também explicar, a natureza subsídio à exploração. O Subsídio à exploração é para fazer face a custos que estas entidades têm para cumprir o seu plano atividades e, portanto, nunca fica aqui em xeque aquilo que é o seu plano de atividades e como se pode ver, da execução já está aqui espelhada e eu acho que não há nenhum Contrato-programa que tenha vindo aqui destas entidades, mais pequenas, não das grandes que já estão habituados as grandes empresas municipais, que esteja tão detalhado ao pormenor aquilo que é programa a programa, súbita a súbita, qual é que é a sua taxa de execução. -----

----- E, portanto, respondendo não está em causa nenhum dos projetos, aliás, como se pode ver, aqui mantém-se o projeto daquilo que é a programação da *Start-up* Lisboa e o trabalho que já fazia, aquilo que é o projeto do Beato, aquilo que é o projeto da Fábrica de Unicórnios e aquilo que é um projeto também que temos vindo a apresentar, que é os novos *hub`s* da cidade de Lisboa, os designados agora distritos da de inovação.-----

----- Dizer relativamente à GOP’s, como já expliquei, também não é o objetivo das GOP’S fazerem uma apresentação muito detalhada e minuciosa, daquilo que se vai fazer, era impossível fazê-lo e não havia nenhuma das GOP e, por isso, é que eu tenho sempre muito prazer, em particular, explicar a Senhora Deputada Sofia Escária e ao Senhor Deputado Pedro Roque Domingues, sempre muito insistentes nesta forma positiva nesta matéria, de explicar aquilo que são estes projetos e dar-lhes os dados todos. -----

----- Portanto, explicar de uma forma muito clara e sucinta, não fica em risco qualquer tipo de projetos, aliás, eu acho que estes documentos mostram isso. Aliás, há vários *Hub´s* de *Game* que já estão aqui identificados, que vão ter, digamos, a sua execução maior para o próximo ano e o que nós prevemos, obviamente, agora estabilizando este este enquadramento jurídico através de um Contrato-programa é trazer aqui no primeiro trimestre, digo eu, no primeiro semestre os contratos-programa, nomeadamente para este tipo de entidades. -----

----- Relativamente aos relatórios intercalares, eu acho que eles são importantes, porque dão aqui um espelho naquilo que se está a fazer e, obviamente que a recomendação que a 2ª Comissão apresenta, nós estamos totalmente disponíveis para dar acesso àquilo que são os relatórios e contas da Associação. De resto, São documentos aprovados pela associação são públicos, mas, obviamente, farei chegar à 2ª Comissão para que possam ter conhecimento os mesmos. -----

----- Muito obrigada!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Vereador. -----

----- Vamos então votar, quer a Proposta, quer a recomendação.” -----

----- A **Proposta 738/CM/2023**, foi aprovada por **maioria** com a seguinte votação:

Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ IL/ PAN/ MPT/ PPM/ ALIANÇA - Contra: BE/ CHEGA/ PEV - Abstenção: PCP/ LIVRE/ Deputada não inscrita Daniela Serralha. -----

----- **(Ausência do Deputado não inscrito Miguel Graça nesta votação).** -----

----- **Com a necessária correção do erro material abaixo transcrito:**-----

----- **Onde se lê:**-----

----- “Tenho honra de propor que (...) a Câmara Municipal delibere: -----

----- 1. Aprovar a transferência no montante de 700.000 euros (setecentos mil euros), a título de subsídio à exploração, como previsto na minuta do Contrato-Programa para 2023 (...);-----

----- 2. (...); -----

----- 3. (...).”-----

----- **Deverá ler-se:** -----

----- “Tenho honra de propor que (...) a Câmara Municipal delibere: -----

----- 1. Submeter à Assembleia Municipal a aprovação da transferência no montante de 700.000 (setecentos mil euros), a título de subsídio à exploração, como previsto na minuta do Contrato-Programa para 2023 (...);-----

----- 2. (...); -----

----- 3. (...).”-----

----- A Recomendação 099/04 (2ªCP), foi aprovada por unanimidade. -----

----- **(Ausência do Deputado não inscrito Miguel Graça nesta votação).** -----

----- **O Grupo Municipal do PCP**, apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “Declaração de voto-----

----- Proposta 738/CM/2023 -----

----- *Apreciação dos Pontos 3 e 3 da parte deliberativa da Proposta 738/CM/2023 – Minuta de Contrato-Programa para 2023 a celebrar entre o Município de Lisboa e a AIEL – Associação para a Inovação e Empreendedorismo de Lisboa, e submeter, para efeitos de monitorização, o relatório final que, nos termos do Contrato-programa, a AIEL venha a apresentar sobre a execução do Mesmo -----*

----- *Lisboa tem potencial para se tornar uma cidade mais desenvolvida e sustentada, moderna e diversificada e deve ser capaz de incentivar as outras indústrias e as*

empresas a instalarem-se aqui. No entanto, esta dinâmica deve ser constituída através de políticas que colocam a criação e manutenção de empregos no centro das suas prioridades, salvaguardando o princípio de uma cidade que respeite um desenvolvimento sustentável, participando e, acima de tudo, que garanta que os benefícios decorrentes de iniciativas promovidas pelo Município de Lisboa, no domínio da economia e inovação tenham um impacto positivo revestido de uma efetiva materialidade nas vidas de quem vive, trabalha e visita a cidade. -----

----- Iniciativas diversas, como aquelas que se coloca no âmbito desta proposta e que versa a Associação para a Inovação e Empreendedorismo de Lisboa (AIEL), cuja existência tem como racional a “(...) criação de uma nova incubadora de empresas em Lisboa”, centra-se numa visão incompleta e redutora do uso dos recursos de Município de Lisboa na promoção do tecido económico da cidade de Lisboa, pois centra-se unicamente num punhado de projectos de índole empresarial, fechando-se sobre si mesma. É do entendimento do PCP que esta tendência deve ser revestida, não unicamente canalizada mais verbas para os projectos sob a alçada da AIEL, mas desenvolvendo mecanismos que garantam um efetivo acompanhamento e fiscalização, por parte dos órgãos municipais eleitos, da atividade desta associação ou de qualquer outro projeto ligado a esta área. Se é verdade que é necessário ter mais para fazer e melhor, envolvendo os órgãos eleitos, em estreita proximidade com o tecido económico da cidade, independentemente da dimensão (pequenas e médias empresas) e na natureza da atividade (setores lucrativos e não lucrativos). -----

----- Grupo Municipal do PCP-----

----- Pelo Deputado Municipal do PCP -----

----- Fernando Correia”-----

10. APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS RELATIVAS A ASSUNÇÃO DOS ENCARGOS PLURIANUAIS E A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS; GRELHA A – 60 MINUTOS; -----

10.1. PROPOSTA 641/CM/2023 - AUTORIZAÇÃO PARA A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2024, 2025 E 2026, BEM COMO A AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PARA OS MESMOS ANOS ECONÓMICOS, NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL DE AJUSTE DIRETO, POR CRITÉRIOS MATERIAIS, PARA “AQUISICÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (ENTERPRISE AGREEMENT)” (PROCESSO N.º 29/A/2023), E AUTORIZAÇÃO PARA A REPROGRAMAÇÃO DA ANTERIOR REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, CASO SE VENHA A MOSTRAR NECESSÁRIA, RESPEITANDO O RESPECTIVO TOTAL ANUAL, E DESDE QUE A RESPECTIVA REPROGRAMAÇÃO NÃO IMPLIQUE AUMENTO DA DESPESA EM CAUSA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS N.ºS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/989, DE 8 DE JUNHO, COM A ALÍNEA C), DO N.º 1, DO ARTIGO 6.º DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ATUAL; VOTAÇÃO;-----

----- (A Proposta 641/CM/2023, fica anexada à presente Ata, com o Anexo IV e dela faz parte integrante) -----

----- **10.2. PROPOSTA 731/CM/2023 - APROVAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS COM A CONSEQUENTE APROVAÇÃO DA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2023 E 2024, COM VISTA A POSSIBILITAR A DECISÃO DE CONTRATAR O PROCEDIMENTO DE EMPREITADA N.º E05/22/DPCEV/DEV/DMAEVCE – BENEFICIAÇÃO DO LAGO CENTRAL – PARQUE RECREATIVO ALTO SERAFINA (PROCESSO N.º 0060/CP/DGES/ND/2023), NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, E NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, NA REDAÇÃO ATUAL; VOTAÇÃO;**-----

----- (A Proposta 731/CM/2023, fica anexada à presente Ata, com o Anexo V e dela faz parte integrante) -----

----- **10.3. PONTO 1 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 733/CM/2023 - APROVAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS COM A CONSEQUENTE APROVAÇÃO DA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2023, 2024, 2025, DA NOMINADA EMPREITADA N.º 15/DMMC/DEM/DPCE/23 – “EXECUÇÃO DE OBRAS DE ADAPTAÇÃO E INSTALAÇÃO DA FUTURA BIBLIOTECA DE BENFICA – ANTÓNIO LOBO ANTUNES” - PROCESSO N.º 0085/CP/DGES/ND/2023, NOS TERMOS DA PRESENTE PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, E NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, NA REDAÇÃO ATUAL; VOTAÇÃO;**-----

----- (A Proposta 733/CM/2023, fica anexada à presente Ata, com o Anexo VI e dela faz parte integrante) -----

----- **10.4. PROPOSTA 745/CM/2023 - PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS E A EMISSÃO PRÉVIA DA AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS, PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2023, 2024, 2025, RELATIVOS AO PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA N.º 022/AQ – QUINTA DE MONTANHA/2023 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E TRABALHOS DE REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES DA QUINTA DA MONTANHA, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 24.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NOS N.ºS 1 E 6, DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, E NA ALÍNEA B) DO ARTIGO 3.º E ALÍNEA C), DO N.º 1, DO ARTIGO 6.º, DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ATUAL; VOTAÇÃO;**-----

----- (A Proposta 745/CM/2023, fica anexada à presente Ata, com o Anexo VII e dela faz parte integrante)-----

----- **10.5. PONTO 6 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 746/CM/2023 - PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DE REPARTIÇÃO DOS ENCARGOS E EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2024, 2025, 2026 E 2027, NO ÂMBITO DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICAÇÃO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, PARA “AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO, POR LOTES, PARA OS TRABALHADORES DA DIREÇÃO MUNICIPAL DE HIGIENE URBANA” E AUTORIZAÇÃO PARA QUE, SEM ULTRAPASSAR O MONTANTE GLOBAL INDICADO NEM O ANO DO TERMO DO CONTRATO, SE POSSAM FAZER AJUSTAMENTOS AOS VALORES ANUAIS EM FUNÇÃO DOS BENS EFETIVAMENTE ADQUIRIDOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 24º, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ALÍNEA B) DO ARTIGO 3.º E ALÍNEA C), DO N.º 1, DO ARTIGO 6.º, DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, E NOS N.ºS 1 E 6 DO ARTIGO 22º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 08 DE JUNHO, NA REDAÇÃO ATUAL; VOTAÇÃO;**-----

----- (A Proposta 746/CM/2023, fica anexada à presente Ata, com o Anexo VIII e dela faz parte integrante)-----

----- **10.6. PROPOSTA 747/CM/2023 - PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS E A EMISSÃO AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS, PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2023, 2024, 2025 E 2026, RELATIVOS AO PROCEDIMENTO – PROCESSO N.º 27/CPI/DA/DCP/2022 – CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA PARA “AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO POR LOTES PARA TRABALHADORES DO DEV”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 24º, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NOS N.ºS 1 E 6, DO ARTIGO 22º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, E NA ALÍNEA B) DO ARTIGO 3º E ALÍNEA C), DO N.º 1, DO ARTIGO 6º, DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ATUAL; VOTAÇÃO;**-----

----- (A Proposta 747/CM/2023, fica anexado à presente Ata, com o Anexo IX e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Passamos à apreciação conjunta das propostas relativas à assunção dos encargos plurianuais e repartição de encargos. -----

----- As propostas para a aquisição de serviços de licenciamento, “Sistema de informação geográfica”, para a Beneficiação do Lago Central- Parque Criativo Alto da Serafina, para a “Execução das obras de adaptação e instalação da futura Biblioteca de Benfica - António Lobo Antunes”, para aquisição de serviços de manutenção e

trabalhos de reabilitação de “Espaços Verdes na Quinta da Quinta da Montanha”, para “Aquisição de fardamento por lotes para os trabalhadores da Direção Municipal de Higiene Urbana e para aquisição de fardamento por lotes para os trabalhadores do DEV”. -----

----- Não sei se a Câmara quer apresentar? Não!-----

----- Temos inscritos? Não temos inscritos, vamos passar à votação.” -----

----- A **Proposta 641/CM/2023** - Autorização para a repartição de encargos plurianuais para os anos económicos de 2024, 2025 e 2026, bem como a autorização para a assunção de compromissos para os mesmos anos económicos, no âmbito do procedimento pré-contratual de Ajuste Direto, por critérios materiais, para “Aquisição de Serviços de Licenciamento de Sistema de Informação Geográfica (*Enterprise Agreement*)”, foi **rejeitada** com a seguinte votação: Contra: PS/ BE – Favor: PSD/ CDS-PP/ MPT/ PPM/ ALIANÇA - Abstenção: PCP/ IL/ CHEGA/ PEV/ PAN/ LIVRE/ Deputada não inscrita Daniela Serralha. -----

----- (**Ausência do Deputado não inscrito Miguel Graça nesta votação**). -----

----- (**O PS indica que quer fazer uma declaração de voto por escrito**). -----

----- A **Proposta 731/CM/2023** - Aprovação da repartição de encargos com a consequente aprovação da assunção do compromisso plurianual para os anos económicos de 2023 e 2024, com vista a possibilitar a decisão de contratar o procedimento de Empreitada n.º E05/22/DPCEV/DEV/DMAEVCE – BENEFICIAÇÃO DO LAGO CENTRAL – PARQUE RECREATIVO ALTO SERAFINA, foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- (**Ausência do Deputado não inscrito Miguel Graça nesta votação**). -----

----- **Ponto 1 da parte deliberativa da Proposta 733/CM/2023** - Aprovação da repartição de encargos com a consequente aprovação da assunção do compromisso plurianual, para os anos económicos de 2023, 2024, 2025, da nominada Empreitada n.º 15/DMMC/DEM/DPCE/23 – “Execução de Obras de Adaptação e Instalação da futura Biblioteca de Benfica – António Lobo Antunes”, foi aprovado por **maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ PCP/ IL/ CHEGA/ PEV/ PAN/ MPT/ PPM/ ALIANÇA/ LIVRE/ Deputada não inscrita Daniela Serralha - Contra: BE. -----

----- (**Ausência do Deputado não inscrito Miguel Graça nesta votação**). -----

----- A **Proposta 745/CM/2023** - Prévia autorização de repartição de encargos plurianuais e a emissão prévia da autorização para assunção de compromissos, para os anos económicos de 2023, 2024, 2025, relativos ao procedimento por consulta prévia n.º 022/AQ – Quinta de Montanha/2023 – Aquisição de serviços de manutenção e trabalhos de reabilitação de espaços verdes da Quinta da Montanha, foi aprovada por **maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ IL/ CHEGA/ MPT/ PPM/ ALIANÇA - Contra: PCP/ PEV – Abstenção: BE/ PAN/ LIVRE/ Deputada não inscrita Daniela Serralha. -----

----- (**Ausência do Deputado não inscrito Miguel Graça nesta votação**). -----

----- (**O PCP indica que quer fazer uma declaração de voto Oral**).-----

----- O **Ponto 6 da parte deliberativa da Proposta 746/CM/2023** - Prévia autorização de repartição dos encargos e emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, para os anos económicos de 2024, 2025, 2026 e 2027, no âmbito da abertura do procedimento por concurso público, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para “aquisição de fardamento, por lotes, para os trabalhadores da Direção Municipal de Higiene Urbana”, foi aprovado por unanimidade. -----

----- (**Ausência do Deputado não inscrito Miguel Graça nesta votação**). -----

----- A **Proposta 747/CM/2023** - Prévia autorização de repartição de encargos plurianuais e a emissão autorização prévia para assunção de compromissos, para os anos económicos de 2023, 2024, 2025 e 2026, relativos ao procedimento – Processo n.º 27/CPI/DA/DCP/2022 – Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia para “Aquisição de Fardamento por Lotes para trabalhadores do DEV”, foi provada por **unanimidade**.-----

----- (**Ausência do Deputado não inscrito Miguel Graça nesta votação**). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos à Declaração de voto Oral do PCP. -----

----- Deputado Fábio Sousa do PCP.”-----

----- **O Grupo Municipal do PCP**, apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “Senhora Presidente, senhores vereadores, caro público que nos acompanha aqui em casa, trabalhadores da Câmara, muito boa tarde! -----

----- Votamos contra a Proposta 745/CM/2023.-----

----- Votámos contra por entendermos que os serviços de gestão e manutenção de espaços verdes da Quinta da Montanha até 2025, não nos fazem sentido, não é, porque temos um princípio de que esta externalização de serviços não salvaguarda devidamente o superior interesse do município. Entendemos que a gestão e manutenção de espaços verdes, devem estar na esfera da Câmara Municipal de Lisboa, com os seus recursos próprios, jardineiros do mapa de pessoal que, como sabemos e a concretizar-se o reforço destes trabalhadores jardineiros em 2024, pode ser o início de alguma esperança para os jardins e para Espaços Verdes de Lisboa. -----

----- Paralelamente, senhores vereadores, aproveitamos a oportunidade para voltar a sensibilizar o Executivo Municipal para a importância do suplemento de penosidade insalubridade, ser alargados já em 2024 aos trabalhadores da área da jardinagem, à semelhança do que já existe com os trabalhadores da limpeza e higiene urbana. -----

----- Muito obrigado!”-----

----- (**O PEV indica que quer fazer uma declaração de voto por escrito da Proposta 745/CM/2023**). -----

----- **O Grupo Municipal do PEV**, apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “**DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

----- *Relativa à Proposta nº 745/2023 - Prévia autorização de repartição de encargos plurianuais e a emissão prévia da autorização para assunção de compromissos, para os anos económicos de 2023, 2024, 2025, relativos ao procedimento por consulta prévia nº 022/AQ - Quinta de Montanha/2023 - Aquisição de serviços de manutenção e trabalhos de reabilitação de espaços verdes da Quinta da Montanha.* -

----- *Na 100ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa, realizada a 15 de Dezembro de 2023, o Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes votou contra a referida proposta, pelos seguintes motivos:* -----

----- *- Mais uma vez a Câmara Municipal de Lisboa apresenta a esta Assembleia uma proposta de aquisição de serviços de manutenção e trabalhos de reabilitação de espaços verdes, desta vez referente à Quinta da Montanha, durante o período de 3 anos (2023, 2024 e 2025), no valor total de 733.138,26€, ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal de 23%, no valor de 901.760,06€.* -----

----- *- Face a esta proposta a posição de fundo do PEV mantém-se, uma vez que estamos perante uma dispendiosa externalização de serviços que poderia e deveria recorrer a meios e recursos próprios do Município, tal como Os Verdes sempre têm defendido e apresentado propostas nesse sentido.* -----

----- *- Com o actual executivo verifica-se a continuidade da não adopção de uma política interna de gestão pública para a manutenção e reabilitação dos espaços verdes da cidade, quando, e por diversas vezes, opções alternativas foram já favoravelmente deliberadas pela AML, por proposta do PEV.* -----

----- *- Também por proposta do PEV o plenário da AML também aprovou, entre outras medidas, o investimento na Escola de Jardinagem, enquanto principal campo de formação e qualificação de jardineiros, para o desempenho destas funções na autarquia, bem como, em consequência, proceder à abertura de concursos de admissão destes trabalhadores, em número suficiente, tendo em conta as reais necessidades destes profissionais para a cidade.* -----

----- *Tendo em conta que o actual o executivo pretende dar seguimento a uma política de externalização para a gestão dos espaços verdes da cidade, não havendo vontade no sentido de inverter estas dispendiosas privatizações, nem a não reforçar o seu Mapa de Pessoal, em conformidade, Os Verdes não podem senão manter o mesmo sentido de voto contra, e já anteriormente expresso em anteriores propostas congéneres.* -----

----- *Assembleia Municipal de Lisboa, 14 de Dezembro de 2023*-----

----- *O Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes* -----

----- *Cláudia Madeira* -----

----- *J. L. Sobreda Antunes”*-----

----- **(O PS não entregou posteriormente a declaração de voto escrita, referente à proposta 641/CM/2023).**-----

----- **11. VOTAÇÃO DO VOTO 98/01 (PPM) – SAUDAÇÃO - EVOCAR O 1º DE DEZEMBRO DE 1640, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15.º DO REGIMENTO;** -----

----- **RETIRADO.**-----

----- **12. VOTAÇÃO DO VOTO 98/03 (PPM) - SAUDAÇÃO - DIA INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15.º DO REGIMENTO;**-----

----- **RETIRADO.**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

---- “A pedido MPT, vamos então passar à votação do Voto 99/02, mas antes disso, só confirmar que os pontos, 11 e 12 da anterior ordem de trabalhos foram retirados por ter sido considerado válida a votação do PPM.”-----

----- **13.2. VOTO 099/02 (MPT) - SAUDAÇÃO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO MESTRE ANTÓNIO LAGOA HENRIQUES, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15.º DO REGIMENTO; VOTAÇÃO;**-----

----- (O Voto 099/02 (MPT), fica anexado à presente Ata, com o **Anexo X** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Passamos então ao Voto 99/02 do MPT - Saudação Centenário do Nascimento do Mestre António Lagoa Henriques.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente!-----

----- Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público presente,-----

----- Antes de mais, agradecer a todos os Grupos Municipais que aceitaram que este voto de saudação ao Centenário do Nascimento do Mestre António Lagoa Henriques, se mantivesse na sua posição na grelha inicial. Agradeço imenso esta distinção que fazem, não ao MPT, mas sim ao Mestre Lagoa Henriques.-----

----- Posto isto, celebra-se no próximo dia 27 de Dezembro, o Centenário do Nascimento do António Augusto Lagoa Henriques, um lisboeta que marcou a arte portuguesa do século XX.-----

----- Mestre Lagoa Henriques, além de um notável escultor, foi também desenhador, poeta, cenógrafo, conferencista, autor de programas televisivos e um pedagogo que revolucionou o ensino da escultura em Portugal, influenciando sucessivas gerações de criadores.-----

----- Caros colegas,-----

----- O MPT, entende que também Lisboa muito deve a este artista multifacetado. Se em vida o seu atelier da Avenida da Índia, cedido pela Câmara Municipal de Lisboa, foi um espaço singular e único de criação e de partilha, agora que já não está fisicamente entre nós, a sua obra continua a poder ser usufruída e fruída em muitos espaços públicos da nossa cidade, como a estátua de Fernando Pessoa na esplanada do Café, “A Brasileira” no Chiado, a estátua em Bronze de Guerra Junqueiro na Praça de Londres, o bronze “O Segredo” no Jardim Amália Rodrigues no Parque Eduardo VII e “O Memorial Antero de Quental” no Jardim do Príncipe Real, bem assim como, o

mausoléu de Fernando Pessoa no Mosteiro dos Jerónimos, os baixos-relevos no Palácio de Justiça, bem como os motivos escultóricos nos hotéis Rex (hoje Sana Rex Hotel), Ritz e Altis. -----

----- Além desta imensa obra, importa relembrar e lembrar que a cidade também lhe deve, de facto, todo o seu espólio artístico ter sido herdado pela escola onde iniciou os seus estudos artísticos e que tanto marcou com docente a Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa. -----

----- Lisboa, que perpetuou o seu nome através da toponímia, não pode deixar de associar-se às comemorações do centenário do seu nascimento e homenagear o seu legado cultural e cívico, como é de inteira justiça.-----

----- Muito obrigado a todos!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada!-----

----- Não temos inscrições para este ponto, vamos passar à votação.”-----

----- O **Voto 099/02 (MPT) - Saudação Centenário do nascimento do Mestre António Lagoa Henriques**, foi aprovado por **unanimidade**. -----

----- (**Ausência do Deputado não inscrito Miguel Graça nesta votação**). -----

----- (**A pedido do Grupo Municipal do MPT e com a anuência do Plenário o Voto 099/02 (MPT) foi apreciado e deliberado neste ponto da Ordem de Trabalhos**).-----

----- **18. APRECIACÃO DA PROPOSTA 794/CM/2023 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E 22 FREGUESIAS, A RESPECTIVA AFETAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS E AS MINUTAS DE CONTRATOS PARA A MANUTENÇÃO DE ALGUNS ESPACOS VERDES E ÁREAS EXPECTANTES DA CIDADE DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 23º, NA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, NO ARTIGO 116º E SEQUINTE DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL, SOB CONDIÇÃO DE PRÉVIA EMISSÃO DE PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE; GRELHA A – 60 MINUTOS; VOTAÇÃO;**-----

----- (**A Proposta 794/CM/2023**, fica anexada à presente Ata, com o **Anexo XI** e dela faz parte integrante).-----

----- **PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE;** -----

----- (**O Parecer 1ª Comissão Permanente** relativa à **Proposta 794/CM/2023**, fica anexado à presente Ata, com o **Anexo XII** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Passamos agora à apreciação das propostas da Câmara. A Proposta 794/CM/2023 - Celebração de Contratação de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e 22 Freguesias. -----

----- Pergunto à Câmara se quer apresentar? Não! -----

----- Temos inscrições para o Ponto 18, Proposta 794/CM/2023? Temos a Iniciativa Liberal, Deputado Rodrigo Mello Gonçalves.-----

----- A Deputada Irene Lopes, vem apresentar o parecer.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Irene Lopes (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa Tarde!-----

----- Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas,-----

----- Eu venho aqui em duas qualidades, como Presidente da 1ª Comissão e como relatora deste parecer.-----

----- Como Presidente da Comissão, tenho a dizer o seguinte, à semelhança do que se passou em mandatos anteriores, em que eu era Presidente da Comissão, tem-se verificado, por vezes, um exagero na vinda de propostas da Câmara para a 1ª Comissão. O exagero agora está altamente amplificado.-----

----- Esta proposta que estamos a analisar, chegou a semana passada e não havia necessidade, porque verificamos, inclusivamente, na discussão hoje do parecer e que a maior parte das negociações com as juntas de freguesia já tinham sido feitas há 3 meses, 2 meses, etc.-----

----- Portanto, não se admite que venha uma semana antes e que seja imposta à 1ª Comissão que seja apreciado, no fundo, este CDC, de Delegação de Competência no domínio dos espaços verdes, para as juntas de freguesia e, portanto, o que seria normal, hoje, teria sido a Comissão ter decidido que era essa a vontade da Comissão que a proposta não estava em condições de subir a Plenário, portanto, a proposta que envolve 22 as juntas de freguesia.-----

----- No entanto, atendendo a que estamos no final do ano e em termos financeiros, não seria conveniente para as próprias freguesias que isto acontecesse, decidiu-se aprovar, a Comissão decidiu aprovado por maioria o parecer, no entanto, e não fez uma recomendação, mas concluiu que era necessário fazer uma fiscalização sucessiva da implementação deste CDC.-----

----- Sendo assim, eu como Presidente da 1ª Comissão, desde já, peço aos serviços que, para que o mais urgentemente possível neste primeiro trimestre seja marcada uma reunião em colaboração com o Gabinete do Senhor Vereador Ângelo Pereira, para uma reunião sobre esta matéria. Para sermos esclarecidos e toda a gente saber quem está em causa, quais são os critérios, etc. Portanto, esta é uma fica aqui e eu como Presidente da 1ª Comissão peço desde já que seja cumprida a conclusão, não recomendação, mas conclusão deste parecer, no sentido de sermos esclarecidos como deve ser sobre este bem CDC.-----

----- Portanto, como Presidente da Comissão, ainda tenho a dizer que daqui para o futuro, agradecia que viessem as coisas com mais antecedência, nomeadamente Vereador Diogo Moura, que tem o relacionamento com as juntas de freguesia, mas o Vice-presidente tem relacionamento com a 1ª Comissão e com a Assembleia Municipal. Da parte do Senhor Vice-Presidente, nas matérias que dizem respeito, tem sido impecável na marcação de reuniões e esclarecimentos, etc., nestas coisas, CDC e

de outras que vem para a 1ª Comissão, isto muitas vezes abusam! Abusam e não pode ser! -----

----- E, portanto, o que eu estou a dizer é que eu sou a mesma, sou do PS, aceitei por vezes no mandato anterior que as coisas viessem à última da hora, mas que era um importante a sua aprovação. Tenho feito sempre o mesmo, não pensa a consciência também durante este mandato, simplesmente chegou-se a uma situação que eu acho inconcebível. É inconcebível que as pessoas não têm a possibilidade de discutir em profundidade as questões e coisas essas como vos disse, este protocolo e o Senhor Vereador Ângelo Pereira está ali, é capaz de me confirmar, com certeza que as negociações com as juntas de freguesia já ocorreram há muito tempo, não foram agora e, portanto, eu acho que isto é inadmissível que isto venha só agora para deliberação!--

----- E, portanto, era um desabafo que eu queria aqui colocar e foi por isso que sendo relatora e tendo apresentado e tendo sido aprovado por maioria o parecer, vim aqui para explicar isto e também como Presidente da 1ª Comissão dizer que, a partir de agora, só em situações extremamente pontuais é que será possível que as propostas entrem à última da hora na 1ª Comissão.-----

----- Obrigada!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada!-----

----- O Vereador Diogo Moura está a pedir a palavra.!-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara em Exercício, Vereador Diogo Moura**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente!-----

----- Não quero retirar a razão à Senhora Deputada e Presidente da 1ª Comissão, apenas a parte da Câmara Municipal, apenas penitenciar por esta proposta. Esta proposta foi a reunião de câmara só ontem e por isso é que também veio tão tarde e, portanto, tenho que pedir desculpas à Assembleia Municipal, por ter vindo tão tarde, vou tentar ver com os senhores vereadores, nomeadamente através do Senhor Vice-Presidente, que faz a ligação com a Assembleia Municipal para que possamos, na medida do possível e tendo em conta os prazos da sumição de proposta da Câmara Municipais, que elas possam vir atempadamente à Assembleia Municipal, em particular, à Comissão de Finanças que sabemos que tem aqui uma sobrecarga, porque acaba por ser uma comissão transversal a quase toda a Assembleia Municipal.-----

----- Eu queria aproveitar, Senhora Presidente,-----

----- Não existem votos de louvor apresentados pela Câmara, mas queria neste processo agora de final de ano, em que houve uma sobrecarga de propostas, agradecer a todas as forças políticas, aos Senhores Deputados Independentes, agradecer à Senhora Presidente todas as diligências, à Senhora Presidente da Comissão de Finança em particular a todos os senhores Presidentes..., é isso mesmo, senhor deputado, é isso mesmo!-----

----- E, portanto, agradecer a todos a vossa disponibilidade e muitas vezes a paciência por em cima do prazo, poderem avaliar as propostas na medida do possível no melhor

possível e podemos ter pareceres para que as propostas possam ser aqui discutidas, votadas e que a cidade não pare.-----

----- Portanto, da parte da Câmara Municipal de Lisboa, queria fazer este agradecimento a todos, incluindo, obviamente, aqueles que muitas vezes nós não falamos, mas todos os dias estão aqui a trabalhar para que esta Assembleia funcione, que são os nossos funcionários e colaboradores na Assembleia Municipal, portanto, Senhora Presidente, em si agradecer a todos!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Vereador!-----

----- Vamos passar ao Senhor Deputado Rodrigo de Melo Gonçalves, que pediu para falar.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo de Mello Gonçalves (IL)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Caro Público, boa tarde a todos!-----

----- Relativamente a esta proposta, eu queria começar por realçar aquilo que foi dito aqui pela Senhora Presidente da 1ª Comissão, no sentido de que não é admissível que as propostas continuam a chegar a esta Assembleia nos termos em que têm chegado, isto é, em cima da hora, não dando tempo aos deputados e às comissões para fazerem o trabalho que é suposto fazer e nós temos de ter respeito por nós próprios, desde logo, enquanto tais municipais, enquanto eleitos.-----

----- Esta proposta e daquilo que nós conseguimos analisar no pouco tempo que tivemos, porque caíram, não sei quantas propostas nas últimas 48 horas, o ponto de partida desta proposta já vem de uma primeira reunião tida em fevereiro e o tempo foi decorrendo e as negociações foram acontecendo entre a Câmara e as Juntas. A responsabilidade aqui também não é só da Câmara, convém que seja dito aqui, porque esta proposta só vem cá depois das próprias juntas validarem os montantes e as negociações que terminaram ou que fizeram com a Câmara. -----

----- E no caso concreto das 22, houve 5 Juntas de Freguesia, de acordo com a proposta da Câmara, de acordo com os elementos que vem na proposta da Câmara, houve 5 juntas de freguesia que só validaram estes CDC no dia 4 de dezembro, deste ano. E, portanto, aqui o processo e a responsabilidade da Câmara, obviamente, mas não é apenas e só da Câmara. -----

----- Mas não é só a questão da forma e dos prazos que está aqui em causa. Esta proposta altera substancialmente a fórmula de cálculo e os critérios de atribuição das verbas para aquilo que é a manutenção e a gestão de espaços verdes e, por isso, a Iniciativa Liberal hoje em reunião de 1ª Comissão que terminou às duas da tarde, quando o Plenário começou às três, dissemos claramente que esta proposta não estava em condições de ir ao Plenário, que a Câmara deveria ir à 1ª Comissão, explicar todo o racional da proposta e depois sim, vir a Plenário para ser discutida e votada, mas primeiro irá comissão para ser apresentado os novos métodos de cálculo e os valores que lhe estão subjacentes.-----

----- Porque inclusive, há cálculos na proposta ou nos anexos da proposta que estão errados. Os valores por metro quadrado não correspondem às áreas e aos montantes em euros se formos fazer as contas, mais os valores de 2022 que servem de comparação com os valores de 2023, nalguns casos, não correspondem à proposta que nós aqui estamos em 2023, nós estamos a falar num aumento de áreas de 16,8% no aumento das áreas e estamos a falar no aumento de custos de 40,5%.-----

----- Mais, a proposta diz que para os mesmos espaços, o aumento do custo, ou seja, sem o mesmo espaço, as mesmas áreas, o aumento de custo é de 34,8%. Nós não pomos em causa que o montante tenha de aumentar. Sabemos que há aumento de custos pessoal, há aumento de custos de combustíveis, etc., por aí fora, mas convém que a Câmara nos explique quais foram os critérios e qual é a razão destes aumentos substanciais que superam e muito os valores, quer de atualizações salariais, quer valores de inflação.-----

----- Repito, estamos a falar de mais 35% naquilo que são os mesmos espaços e estamos a falar globalmente num aumento do custo por metro quadrado nas áreas verdes de cerca de 20%.-----

----- Foram inclusive levantadas dúvidas sobre as metodologias de cálculo e a fundamentação dos valores da proposta em 1ª Comissão, que mereciam a que esta proposta não viesse a Plenário hoje e que nos levou Iniciativa Liberal, à semelhança de outros partidos, a termos votado contra este parecer, porque consideramos que isto não está em condições de vir ao Plenário.-----

----- E vou terminar, Senhora Presidente,-----

----- A Iniciativa Liberal, que o ano passado votou a favor desta proposta, dos CDC dos Espaços Verdes, este ano, por estas razões todas irá votar contra.-----

----- Obrigado!”-----

----- **(O Deputado Rodrigo de Mello Gonçalves (IL), solicitou que a sua intervenção fosse considerada como declaração de voto).**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado!”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Maria Leonor Moniz Pereira da Silva**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Passava a palavra ao Deputado Carlos Reis do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Reis (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Deputados Municipais,-----

----- O PSD, vota a favor desta proposta.-----

----- O PSD entende que esta proposta está em condições de ser votada e aprovada. ----

----- O PSD apela a que a mesma também seja votada, para ressarcir as juntas de freguesia.-----

----- O PSD recomenda, no entanto, que os cálculos, os critérios deste CDC como em outros CDC, possam ser objeto de estudo mais aprofundado por parte da Assembleia Municipal e não só por parte dos Presidentes de Junta.-----

----- Os Senhores Presidentes de Junta são membros pleno direito desta Assembleia Municipal. É assim que termina a nossa legislação e a nossa Constituição, mas os outros deputados municipais, diretamente eleitos pela população têm também de estar cientes destas matérias e bem alicerçada esta matéria. -----

----- Por isso mesmo também na qualidade de Presidente da 4ª Comissão, gostaria de dizer que estamos inteiramente disponíveis para em reunião com a 1ª Comissão e com o Gabinete do Senhor Vereador, estudarmos a fundo durante este ano que vem, naturalmente, os critérios das próximas propostas. Estes documentos, estas propostas são de competências que não foram inventadas neste mandato, têm uma lógica subjacente que vêm de mandatos anteriores. -----

----- Esta é uma cidade partilhada com responsabilidades partilhadas no domínio de espaços verdes, entre a Câmara Municipal e Juntas de freguesia e é, portanto, no domínio dessa responsabilidade e essa partilha que temos de fazer o máximo de trabalho possível para chegarmos aqui esta Assembleia Municipal e podermos tranquilizar a cidade de Lisboa e, acima de tudo, pagar aquilo que devemos. -----

----- Muito obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhor Deputado!-----

----- Não temos mais inscrições, a Câmara quer falar.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara em Exercício, Vereador Diogo Moura**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Passava a palavra ao Senhor Vereador Ângelo Pereira.”-----

----- **O Senhor Vereador Ângelo Pereira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos!-----

----- Em primeiro lugar, agradecer aos senhores deputados e, principalmente, aos senhores deputados da 1ª Comissão, a apreciação rápida que fizeram desta proposta.---

----- Esta proposta, só chega a Assembleia Municipal nesta altura, porque careceu de uma avaliação e acompanhamento técnico por parte dos Serviços dos Espaços Verdes que, depois de várias reuniões com juntas de freguesia, chegaram a um acordo com as 22 juntas de freguesia e perante critérios que, na minha opinião, são mais equitativos e são mais próximos da realidade dos custos que cada freguesia tem com estes espaços. -

----- Porque havia desequilíbrios, no passado havia espaços estavam sobrevalorizados, outros subvalorizados e, portanto, com o critério que conseguimos concretizar, na minha opinião e, obviamente, carece de acompanhamento, carece de fiscalização nos próximos meses para perceber na prática se é verdade, se não, mas na nossa opinião, estes valores correspondentes a estes metros quadrados estão mais próximos do custo de cada junta de freguesia, tem com a manutenção destes espaços.-----

----- Acho que a proposta estar melhor do que a anterior, acho que evoluímos, mas vamos constatar agora com a prática e estarei obviamente disponível para no mais breve espaço de tempo, ir à Comissão e explicar ponto por ponto como é que chegámos a cada valor para cada Junta de Freguesia. -----

----- E, portanto, mais uma vez agradecer e penitenciar-me, houve negociação, houve propostas e contrapropostas, houve esclarecimentos às juntas de freguesia e, portanto, foi um processo que demorou, mas chegou antes do final do ano para que as juntas de freguesia possam ser ressarcidas e muitas delas a maioria delas, portanto, já concretizaram os custos, não é!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhor Vereadores!-----

----- Vamos passar à votação da proposta. Está ausente da sala, o MPT e o Aliança. ----

----- Vamos votar a proposta 794/CM/2023 - Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e 22 Freguesias.”-----

----- **A Proposta 794/CM/2023 - Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e 22 Freguesias, a respetiva afetação de recursos financeiros e as minutas de contratos para a manutenção de alguns espaços verdes e áreas expectantes da cidade de Lisboa, foi aprovada por maioria com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ PPM - Contra: IL/ CHEGA/ PEV/ PAN – Abstenção: PCP/ BE/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça.** -----

----- **(Ausência dos Grupos Municipais do MPT e ALIANÇA nesta votação).** -----

----- **(O Deputado Municipal Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, não participou na apreciação e votação desta Proposta por ter solicitado escusa).**-----

----- **(O Grupo Municipal do LIVRE, indica que quer fazer uma declaração de voto por escrito).**-----

----- **(O Grupo Municipal do PEV, indica que quer fazer uma declaração de voto por escrito).**-----

----- **(O Grupo Municipal do CHEGA, indica que quer fazer uma declaração de voto por escrito).**-----

----- **(O Grupo Municipal do PS, indica que quer fazer uma declaração de voto por escrito).**-----

----- **(O Grupo Municipal do PAN, indica que quer fazer uma declaração de voto por escrito).**-----

----- **(O Grupo Municipal do CDS-PP, indica que quer fazer uma declaração de voto por escrito).**-----

----- **(O Deputado Pedro Costa, indica que quer fazer uma declaração de voto por escrito).**-----

----- **(O Deputado Miguel Belo Marques, indica que quer fazer uma declaração de voto por escrito).**-----

----- **(O Deputado Miguel Coelho, indica que quer fazer uma declaração de voto por escrito).**-----

----- **(O Deputado Silvino Correia, indica que quer fazer uma declaração de voto por escrito).**-----

----- **O Grupo Municipal do PEV**, apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- **“DECLARAÇÃO DE VOTO** -----
----- **Relativa à Proposta nº 794/2023 - Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e 22 Freguesias, a respectiva afectação de recursos financeiros e as minutas de contratos para a manutenção de alguns espaços verdes e áreas expectantes da cidade de Lisboa** -----
----- Na 100ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa, realizada a 15 de Dezembro de 2023, o Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes votou contra a referida proposta, pelos seguintes motivos: -----
----- - Mais uma vez a Câmara Municipal de Lisboa apresenta a esta Assembleia uma proposta de contrato de delegação de competências entre a CML e 22 freguesias, para a transferência de recursos financeiros para a manutenção de alguns espaços verdes e áreas expectantes da cidade de Lisboa. -----
----- - Importa referir que durante a discussão desta proposta na Comissão Permanente foi referido que a autarquia continua sem estratégia para a gestão dos espaços verdes. Além disso, da análise dos valores a contratualizar, verifica-se um aumento substancial de custos (+40,5%) face à anterior proposta, apesar de apenas haver um acréscimo de áreas de 16,8%, isto é, pelos mesmos espaços existe um aumento de 38,4% de custos. -----
----- - Acresce ainda o facto de que houve juntas de freguesia que não aceitaram este contrato de delegação de competências, uma recusa assente em critérios financeiros, falta de estratégia da autarquia para gestão destas áreas e crítica pelo facto de a CML não transferir também verbas necessárias para as Juntas poderem fazer a devida fiscalização dos serviços prestados pelas empresas contratadas. -----
----- - Face a esta proposta a posição de fundo do PEV mantém-se, uma vez que estamos perante uma dispendiosa externalização de serviços que poderia e deveria recorrer a meios e recursos próprios do Município, tal como Os Verdes sempre têm defendido e apresentado propostas nesse sentido. -----
----- - Com o actual executivo verifica-se a continuidade da não adopção de uma política interna de gestão pública para a manutenção e reabilitação dos espaços verdes da cidade, quando, e por diversas vezes, opções alternativas foram já favoravelmente deliberadas pela AML, por proposta do PEV. -----
----- - Também por proposta do PEV o plenário da AML também aprovou, entre outras medidas, o investimento na Escola de Jardinagem, enquanto principal campo de formação e qualificação de jardineiros, para o desempenho destas funções na autarquia, bem como, em consequência, proceder à abertura de concursos de admissão destes trabalhadores, em número suficiente, tendo em conta as reais necessidades destes profissionais para a cidade. -----
----- - Tendo em conta que o actual o executivo pretende dar seguimento a uma política de externalização para a gestão dos espaços verdes da cidade, não havendo vontade no sentido de inverter estas dispendiosas privatizações, nem a não reforçar o seu Mapa de Pessoal, em conformidade, Os Verdes não podem senão manter o mesmo sentido de voto contra, e já anteriormente expresso em anteriores propostas congéneres. -----

----- Assembleia Municipal de Lisboa, 14 de Dezembro de 2023-----
----- O Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes -----
----- Cláudia Madeira -----
----- J. L. Sobreda Antunes”-----
----- **O Grupo Municipal do CHEGA**, apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----
----- “Declaração de Voto Sobre a Proposta 794/CM/2023.-----
----- Aprovar Contractos de Delegação de Competências entre o município e 22 Freguesias e a respetiva afetação de recursos financeiros e as minutas de Contractos para a manutenção de alguns espaços Verdes e áreas expectantes da cidade de Lisboa, bem como apresentação de relatórios trimestrais de avaliação de execução física e financeira a facultar aos respetivos órgãos autárquicos.-----
----- O Partido CHEGA não acompanha esta proposta, porque está com inúmeros e incompreensíveis erros nos cálculos apresentados que definem os montantes a transferir para as autarquias. No plenário foram suscitadas muitas dúvidas, que não tiveram esclarecimento quando à forma como foram atribuídos.-----
----- Foi discutido em 1ª Comissão Permanente que os critérios de avaliação dos terrenos não foram transparentes, tendo sido afirmado que, um responsável da Câmara, que negociou com as freguesias, teria dito que, “as Freguesias sabendo do grau de complexidade dos terrenos, aumentassem os valores a atribuir.”-----
----- Foi referida a urgência em aprovar esta proposta e a mesma teria que ver com a necessidade que algumas Freguesias tinham para receber as verbas, ainda este ano de 2023, para cumprir os compromissos já assumidos.”-----
----- Causa-nos a maior estranheza que haja um comprometimento para pagar serviços ou outros compromissos não estando ainda as verbas aprovadas.-----
----- Quase todos os partidos representados nesta Comissão indignaram-se pelo facto de a proposta não estar conforme, não estar em condições de ser avaliada, faltando os muitos esclarecimentos que se impunham, sobretudo quando às dúvidas suscitadas pelas forças partidárias.-----
----- Não obstante estas irregularidades, que consideramos graves, o parecer da comissão considerou que a proposta estava em condições de ser avaliada, faltando os muitos esclarecimentos que se impunham, sobretudo quanto às dúvidas suscitadas pelas forças partidárias.-----
----- Não obstante estas irregularidades, que consideramos graves, o parecer da Comissão considerou que a proposta estava em condições de ser discutida na Assembleia Municipal no dia seguinte, e que a posição dos partidos seria tomada em plenário.-----
----- O nosso voto foi contra, tanto na 1ª Comissão Permanente, como no Plenário.-----
----- Assembleia Municipal de Lisboa, 19 de Dezembro de 2023.-----
----- O Grupo Municipal do Partido CHEGA.-----
----- Bruno Mascarenhas Garcia”-----
----- **O Grupo Municipal do PAN**, apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- **“Declaração de Voto Escrita** -----

----- **Apreciação da Proposta 794/CM/2023 - Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e 22 Freguesias, a respetiva afetação de recursos financeiros e as minutas de contratos para a manutenção de alguns espaços verdes e áreas expectantes da cidade de Lisboa**-----

----- O Grupo Municipal do PAN votou contra a Proposta suprarreferida, porque a mesma foi enviada para a Assembleia Municipal demasiado tarde não sendo por isso possível de analisar. O Grupo Municipal do PAN não tem representação na 1ª CP que analisou a proposta no período da manhã que antecedeu a reunião da Assembleia Municipal de Lisboa na qual a proposta foi votada.-----

----- Lisboa, 14 de dezembro de 2023-----

----- **O Grupo Municipal** -----

----- **do Pessoas - Animais – Natureza** -----

----- António Morgado -----

----- (DM PAN)” -----

----- (O Grupo Municipal do PS, não entregou posteriormente a sua declaração de voto por escrito).-----

----- (O Grupo Municipal do CDS-PP, não entregou posteriormente a sua declaração de voto por escrito).-----

----- (O Deputado Pedro Costa, não entregou posteriormente a sua declaração de voto por escrito).-----

----- (O Deputado Miguel Belo Marques, não entregou posteriormente a sua declaração de voto por escrito).-----

----- (O Deputado Miguel Coelho, não entregou posteriormente a sua declaração de voto por escrito).-----

----- (O Deputado Silvino Correia, não entregou posteriormente a sua declaração de voto por escrito).-----

----- **19. Apreciação da Proposta 767/CM/2023 – Aprovar a atribuição de subsídio à exploração à casa da América Latina, no montante de 80000€, e a minuta do respetivo contrato programa, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto no n.º 5, do artigo 47.º, no artigo 50.º e nos n.ºs 3 e 4 do artigo 56.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, no n.º 1 e alíneas d), e), m) e p) do n.º 2 do artigo 23.º, e na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, sob condição de prévia emissão de parecer da 7ª Comissão Permanente; Grelha A – 60 minutos; votação;**-----

----- (A Proposta 767/CM/2023, fica anexado à presente Ata, com o Anexo XIII e dela faz parte integrante).-----

----- **PARECER DA 7ª COMISSÃO PERMANENTE;** -----

----- (O Parecer 7ª Comissão Permanente relativa à Proposta 746/CM/2023, fica anexado à presente Ata, com o Anexo XIV e dela faz parte integrante).-----

----- **RECOMENDAÇÃO 100/02 (7ª CP);**-----

----- (A **Recomendação 100/02 (7ª CP)**, fica anexado à presente Ata, com o **Anexo XV** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar, vamos passar à apreciação da Proposta 767/CM/2023 - Aprovar a atribuição de subsídio à exploração, à Casa da América Latina. Pergunto à Câmara se quer apresentar a proposta? Não! -----

----- Não temos inscritos para este ponto, passaremos a votação, agradecia que se pudessem sentar para votar. -----

----- Esta proposta foi analisada na 7ª Comissão, pergunto se alguém apresenta? Tem uma recomendação, o Deputado Relator é Deputado Rodrigo de Mello Gonçalves, que prescinde da apresentação da Proposta da América Latina. -----

----- Vamos então votar a proposta e depois a recomendação.”-----

----- A **Proposta 767/CM/2023 – Aprovar a atribuição de subsídio à exploração à Casa da América Latina, no montante de 80000€, e a minuta do respetivo contrato programa**, foi aprovada por **maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ PCP/ BE/ IL/ PEV/ MPT/ PPM/ ALIANÇA/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça - Contra: CHEGA – Abstenção: PAN. -----

----- **Recomendação 100/02 (7ªCP)**, foi aprovada por **unanimidade**.-----

----- (O Grupo Municipal do CHEGA, não entregou posteriormente a sua declaração de voto por escrito, referente à Proposta 767/CM/2023).-----

----- (O Deputado Carlos Reis, não entregou posteriormente a sua declaração de voto por escrito, referente à Proposta 767/CM/2023).-----

----- **20. APRECIACÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DE ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL E REPARTIÇÃO DOS ENCARGOS; GRELHA A – 60 MINUTOS:**-----

----- **20.1. PONTO 7 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 768/CM/2023 - AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DA AQUISIÇÃO, PARA O ANO DE 2024, CONFORME DESCRITO NO CONSIDERANDO XIII, NO ÂMBITO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NOS SRS. DIRETORES DE AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E DE ESCOLAS NÃO AGRUPADAS PARA A CONTRATACÃO E GESTÃO DE BENS E SERVIÇOS DE APOIO AO FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS, NO SEGUIMENTO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO, COM A INERENTE AUTORIZAÇÃO DA DESPESA PARA O ANO 2024, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO; VOTAÇÃO:**-----

----- (A **Proposta 768/CM/2023**, fica anexada à presente Ata, com o **Anexo XVI** e dela faz parte integrante)-----

----- 20.2. PONTO 2 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 792/CM/2023 - AUTORIZAÇÃO PARA O COMPROMISSO DE PAGAMENTO DA COMPONENTE DO APOIO FINANCEIRO RELATIVA A 2024, NO ÂMBITO DA ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO SINDICATO DE JOGADORES PROFISSIONAIS DE FUTEBOL, COM VISTA AO DESENVOLVIMENTO DE UMA PARCERIA PARA UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS GERIDAS POR ESTA INSTITUIÇÃO PARA DINAMIZAÇÃO DA ATIVIDADE DESPORTIVA REGULAR DO CLUBE ATLÉTICO E CULTURAL (CAC), NA ÉPOCA DESPORTIVA 2023/2024, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, NA REDAÇÃO ATUAL; VOTAÇÃO; -----

----- (A Proposta 792/CM/2023, fica anexada à presente Ata, com o Anexo XVII e dela faz parte integrante)-----

----- PARECER DA 7ª COMISSÃO PERMANENTE; -----

----- (O Parecer da 7ª Comissão Permanente, fica anexado à presente Ata, com o Anexo XVIII e dela faz parte integrante)-----

----- RECOMENDAÇÃO 100/01 (7ª CP)-----

----- (A Recomendação 100/01 (7ª CP), fica anexada à presente Ata, com o Anexo XIX e dela faz parte integrante)-----

----- 20.3. PONTO 5 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 749/CM/2023 - AUTORIZAÇÃO PARA ALTERAÇÃO DA REPARTIÇÃO DOS ENCARGOS E ALTERAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS, PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2024, 2025, 2026 E 2027, NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA PARA A "AQUISIÇÃO DE PECAS ORIGINAIS PARA VIATURAS DA FROTA MUNICIPAL DA MARCA IVECO", BEM COMO A AUTORIZAÇÃO PARA EVENTUAIS AJUSTAMENTOS AOS VALORES ANUAIS EM FUNÇÃO DOS CONSUMOS OCORRIDOS, SEM QUE PARA O EFEITO ULTRAPASSE O MONTANTE GLOBAL ADJUDICADO DE 1.476.000,00€ (UM MILHÃO QUATROCENTOS E SETENTA E SEIS MIL EUROS), COM IVA INCLUÍDO À TAXA LEGAL EM VIGOR DE 23%, NEM O ANO DO FIM DO CONTRATO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 24º E NO N.º 1 DO ARTIGO 6º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, E NOS N.ºS 1, 2 E 6, DO ARTIGO 22º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ATUAL; VOTAÇÃO; -----

----- (A Proposta 749/CM/2023, fica anexada à presente Ata, com o Anexo XX e dela faz parte integrante)-----

----- **20.4. PROPOSTA 778/CM/2023 - APROVAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS COM A CONSEQUENTE APROVAÇÃO DA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2023, 2024 E 2025, COM VISTA A POSSIBILITAR A DECISÃO DE CONTRATAR O PROCEDIMENTO DE EMPREITADA Nº 357/DMMC/DIOA/DGI/2023 - "PROMOÇÃO DA SEGURANÇA DA MULHER NO ESPAÇO PÚBLICO E NOS TRANSPORTES PÚBLICOS (ACESSIBILIDADE E SEGURANÇA PEDONAL NO BAIRRO PADRE CRUZ)" - PROCESSO N. 0 0065/CP/DGES/ND/2023), NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI Nº 127/2012, DE 21 DE JUNHO, NA ALÍNEA B) DO Nº 1 DO ARTIGO 18º DO DECRETO-LEI Nº 197/99, DE 8 DE JUNHO, E NA ALÍNEA A) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL; VOTAÇÃO.**-----

----- (A Proposta 778/CM/2023, fica anexada à presente Ata, com o Anexo XXI e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Passamos agora a apreciação conjunta das propostas de assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos. O Ponto 7 da Proposta 768/CM/2023, para a contratação e gestão de bens e serviços de apoio ao funcionamento das escolas. O Ponto 2 da parte deliberativa da Proposta 792/CM/2023, no âmbito da atribuição de apoio financeiro ao Sindicato de Jogadores Profissionais de Futebol. O Ponto 5 da parte deliberativa da Proposta 749/CM/2023 para aquisição de peças originais para viaturas da Frota Municipal da Marca Meco e a Proposta 778/CM/2023 para a Promoção da Segurança da Mulher no Espaço Público e nos Transportes Públicos, acessibilidade e segurança pedonal no Bairro Padre Cruz. -

----- Temos um parecer e o Deputado Relator é o Deputado Bruno Mascarenhas, não sei se a Câmara antes do Deputado Relator quer apresentar?-----

----- Chama o Deputado Bruno Mascarenhas para apresentar o parecer, relativo à Proposta 792/CM/20 23.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Mascarenhas (CHEGA),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde à mesa, cumprimento os Senhores Vereadores, Senhores Deputados e quem mais nos está a ouvir.-----

----- Apenas queria dizer-vos que esta manhã tivemos a aprovação da recomendação e queria por uma questão de transparência e até porque foi um pedido expresso ali da bancada do Partido Ecologista “Os Verdes”, dar-vos nota de como é que ficou exatamente o texto da recomendação, para ficar claro para todos e no seu Ponto 1, dizemos assim: “relativamente aos anos vindouros que a Câmara envide todos os esforços no sentido que o Clube Atlético e cultural disponha de instalações desportivas dentro da área geográfica do Município de Lisboa”, portanto, fica dada

esta nota para conhecimento geral e, portanto, eu queria agora na minha posição de Grupo Municipal, fazer uma intervenção sobre este ponto e dizer-vos o seguinte. -----
-----Este é um tema que se arrasta há diversos anos e nós sabemos disso, o Clube Atlético e Cultural da Pontinha tinha a sua atividade até 2014, precisamente junto ao Bairro Padre Cruz, pedia só que...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Agradecia silêncio na sala e que se sentassem, por favor!-----

----- As nossas Interpretes de Língua Gestual, têm-nos revelado a enorme dificuldade que têm para poderem interpretar o que está a ser dito com o barulho que está na sala. Agradecia silêncio na sala para que se pudesse fazer a interpretação correta do que está a dizer o Deputado Bruno Mascarenhas.-----

----- Muito obrigada!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Mascarenhas (CHEGA)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente!-----

----- Concretamente, isto é um tema como dizia que se arrasta já há uma série de anos e que não demonstre ter um fim à vista e, inclusivamente, está aqui o Senhor Vereador Diogo Moura e está aqui o Senhor Vereador Ângelo Pereira e talvez esteja na altura de nós conseguirmos percebermos o que é que vai acontecer, porque a informação que nós temos é que houve uma série de reuniões agendadas com a direção do Clube Atlético Cultural e com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, em que este executivo faltou ou não esteve presente e foi reagendada essa mesma reunião.-----

----- O Senhor Vereador, está a dizer que não terá aqui a oportunidade de esclarecer.---

----- Também sabemos e eu esta pergunta fiz no âmbito da Comissão, também sabemos que a Câmara é conhecedora de que aquele terreno em Carnide, onde vai ser feito, onde é suposto ser feito o Complexo Desportivo de Carnide, tem um conjunto de vicissitudes, desde logo um caso de alta tensão que eu também já conheço essa essa dificuldade, pelo menos desde 2017.-----

----- E, portanto, sendo que a Câmara no mandato anterior abriu um concurso de fez uma delegação de competências com a Junta de Freguesia de Carnide, ficou deserto posteriormente, chamou a si ainda no mandato anterior, chamou a si o tema e não conseguiu realmente dar-lhe sequência. Voltamos agora passados estes anos e parece que tivemos uma empresa interessada em fazer a obra e que este executivo deixou e pergunto isto claramente, porque é esta informação que me chegou e que eu gostava que fosse aqui afirmada, deixou passar o prazo e, portanto, voltamos outra vez à estaca zero!-----

----- E, portanto, eu gostava de saber o que, realmente quanto a este aspeto, o que é que se está a passar?-----

----- E, sobretudo, Senhor Vereador Ângelo Pereira, porque isso preocupa-me sobremaneira, nós estamos neste momento com um contrato que vai durar mais um ano, portanto, um acordo, um protocolo com o Sindicato de Jogadores que vai durar mais um ano, mas em que a informação que também nos chegou é que o Sindicato

não quer a partir do final desta época desportiva, portanto, em junho, 2024, prolongar o mesmo e o Clube Atlético e cultural da Pontinha, poderá ficar numa situação altamente precária, de não ter para onde ir. -----

----- E, portanto, eu gostava de saber:-----

----- Ponto número 1, vão ou não vão avançar as obras do complexo Desportivo de Carnide?-----

----- Ponto número 2, como é que vão resolver esta situação e que alternativa é que têm para no final desta época desportiva, o Clube Atlético e Cultural ter um local, portanto, para praticar a sua atividade. Estamos a falar de cerca de 400 atletas e sendo uma instituição que desde há anos promove e muito bem a formação do desporto na cidade de Lisboa, inclusivamente o desporto inclusivo, como é o caso do futebol para cegos e o Goalball?-----

----- Muito obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado!-----

----- Não temos mais inscrições para este Ponto 20, passo a palavra, Câmara Municipal de Lisboa, ao Senhor Presidente em exercício.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara em Exercício, Vereador Diogo Moura**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Passo a palavra ao Senhor Vereador Ângelo Pereira.”-----

----- **O Senhor Vereador Ângelo Pereira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A primeira questão é que esta proposta é relativa ao Clube Atlético e Cultural e não o Clube Atlético da Pontinha.-----

----- Em segundo lugar, dizer que, relativamente a questão das obras dizer que não se iniciaram por causa, como já foi dito, de um cabo de alta tensão que percorre parte do terreno, é uma situação que dependente da E-redes, temos tido reuniões periódicas com E-redes, eu próprio e a Vereadora Filipa Roseta, reunimos com a administração da E-redes, pedimos à E-redes para anteciparem dentro do seu plano de investimentos que estava previsto, salvo erro 2026/2027, a intervenção neste terreno e foi solicitado por parte da Câmara à E-redes para antecipar a obra.-----

----- Esse pedido foi aceite a E-redes vai proceder ao enterramento desse cabo de alta tensão já em 2024, portanto, os serviços da E-redes e os serviços da Câmara Municipal estão em sintonia, estão a acompanhar o processo, portanto, em 2024 vai ser desbloqueada esta situação já se arrasta a alguns anos e iremos iniciar as obras.-----

----- Na eventualidade de haver algum atrás algum problema que o início das obras por parte da E-redes, a câmara já está paralelamente, a isso a equacionar e a tentar perceber terrenos alternativos, caso haja algum contratempo por parte da E-redes, mas acreditamos que as coisas vão correr bem e que, durante o ano 2004, esta situação finalmente seja resolvida.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Vereador!-----
----- Vamos passar então à votação das propostas de compromissos plurianuais e repartição de encargos. Peço que se sentem para votarmos, vamos votar todas de seguida, agradecia que se pudessem sentar para darmos início à votação.”-----
----- **Ponto 7 da parte deliberativa da Proposta 768/CM/2023 - Autorização da assunção do compromisso plurianual da aquisição, para o ano de 2024, conforme descrito no Considerando XIII, no âmbito da delegação de competências nos Srs. Diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas para a contratação e gestão de bens e serviços de apoio ao funcionamento das Escolas,** foi aprovada por **maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ PCP/ IL/ CHEGA/ PEV/ PAN/ MPT/ PPM/ ALIANÇA/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça - Abstenção: BE.-----
----- **(O Grupo Municipal do PEV, indica que quer fazer uma declaração de voto por escrito).**-----
----- **Ponto 2 da parte deliberativa da Proposta 792/CM/2023 - Autorização para o compromisso de pagamento da componente do apoio financeiro relativa a 2024, no âmbito da atribuição de apoio financeiro ao Sindicato de Jogadores Profissionais de Futebol, com vista ao desenvolvimento de uma parceria para utilização das instalações desportivas geridas por esta instituição para dinamização da atividade desportiva regular do Clube Atlético e Cultural (CAC), na época desportiva 2023/2024,** foi aprovada por **unanimidade**.-----
----- **(O Grupo Municipal do CHEGA, indica que quer fazer uma declaração de voto oral).**-----
----- **RECOMENDAÇÃO 100/01 (7ª CP),** foi aprovada por **unanimidade**.-----
----- **Ponto 5 da parte deliberativa da Proposta 749/CM/2023 - Autorização para alteração da repartição dos encargos e alteração da autorização prévia da assunção dos compromissos, para os anos económicos de 2024, 2025, 2026 e 2027, no âmbito do procedimento por concurso publico com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia para a "Aquisição de peças originais para viaturas da frota municipal da marca IVECO",** foi aprovada por **unanimidade**.-----
----- **Proposta 778/CM/2023 - Aprovação da repartição de encargos com a consequente aprovação da assunção do compromisso plurianual, para os anos económicos de 2023, 2024 e 2025, com vista a possibilitar a decisão de contratar o procedimento de Empreitada nº 357/DMMC/DIOA/DGI/2023 – “Promoção da Segurança da Mulher no Espaço Público e nos Transportes Públicos (Acessibilidade e Segurança Pedonal no Bairro Padre Cruz)” - Processo n. 0 0065/CP/DGES/ND/2023),** foi aprovada por **unanimidade**.-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Temos a declaração de voto oral do CHEGA relativamente a estas propostas. ---
----- Deputado Bruno Mascarenhas, declaração de voto oral.”-----
----- **O Grupo Municipal do CHEGA,** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “Eu queria apenas transmitir que no ano transato, nós nesta mesma proposta, votámos contra e, portanto, daí a justificação. Este ano, estamos a votar a favor, temos a firme convicção de que este assunto em breve será resolvido até pelo facto de a Comissão que está neste momento a tratar do desporto, empenhou-se e vai-se empenhar toda ela em tentar resolver este assunto e, portanto, assim sendo, sendo que há uma vontade política de todos os partidos de resolver esta questão, eu estou a achar um voto de confiança e o Grupo Municipal do CHEGA a dar um voto de confiança à Câmara neste sentido e, por isso, votámos a favor. -----

----- Muito obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada. Senhor Deputado!”-----

----- **O Grupo Municipal do PEV**, apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “*Declaração de Voto* -----

----- Proposta n.º 768/2023 - *Autorização da assunção do compromisso plurianual da aquisição, para o ano de 2024, conforme descrito no Considerando XIII, no âmbito da delegação de competências nos Srs. Directores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas para a contratação e gestão de bens e serviços de apoio ao funcionamento das Escolas, no seguimento da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação, com a inerente autorização da despesa para o ano 2024* -----

----- Na 100.ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa, realizada a 15 de Dezembro de 2023, o Partido Ecologista Os Verdes votou a favor da Proposta n.º 768/2023, pelos seguintes motivos: -----

----- - *Esta proposta resulta da transferência de competências para os órgãos municipais na área da Educação, e neste âmbito, importa lembrar o que Os Verdes sempre alertaram para esta questão, de que a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e a Lei das Finanças Locais vieram evidenciar o subfinanciamento do Poder Local e a transferência de encargos em diversas áreas.* -----

----- - *O PEV desde sempre defendeu que descentralizar deve ser dotar as autarquias de mais autonomia, de maior capacidade para dar resposta aos problemas locais e promover uma maior participação das populações, respeitando a integridade do serviço público.* -----

----- - *A descentralização de competências deve ser um processo ponderado, amplamente consensualizado entre as partes envolvidas, territorialmente equilibrado e acompanhado dos recursos financeiros adequados e, sobretudo, que tenha como objectivo dar uma melhor resposta às necessidades das populações.* -----

----- - *Infelizmente o que se tem verificado é que este processo não é mais do que uma clara tentativa de desresponsabilização do Governo, incluindo em áreas que incidem sobre direitos que a nossa Constituição elege como Direitos Fundamentais, como a Educação ou a Saúde, exactamente para que os cidadãos tenham as mesmas*

condições de acesso, independentemente da sua situação geográfica e das condições financeiras dos respectivos municípios. -----

----- - *No entendimento do PEV existem determinadas áreas que não são transferíveis para os municípios e não podem deixar de estar sob a tutela e a responsabilidade da Administração Central, para que todos possam ter igualdade de acesso aos direitos que essas áreas incorporam.* -----

----- - *Além disso, um processo de descentralização não pode ser confundido com uma simples transferência de encargos, mas é isso que tem acontecido. Acresce ainda o facto de continuarmos sem ver concretizada a criação das Regiões Administrativas, enquanto elemento crucial à delimitação de responsabilidades entre os diversos níveis de administração e à defesa da autonomia dos municípios e das freguesias.* ----

----- - *Por fim, e quanto à proposta em apreço, reiterar que resulta da transferência de competências na área da Educação para a CML no que diz respeito à contratação e gestão de bens e serviços, mas uma vez que a autarquia ainda não conseguiu centralizar todos os contratos, (na generalidade na divisão de aprovisionamento), delega nos Directores dos Agrupamentos de escolas agrupadas e de escolas não agrupadas esta competência, bem como, transfere as respectivas verbas para a sua execução.*-----

----- - *É verdade que tem sido opção do município delegar esta e outras competências nos Directores dos Agrupamentos, mas no entendimento do PEV, importa acima de tudo avaliar a sua eficácia, capacidade de execução, e se os meios transferidos pelo município são suficientes para a execução das competências delegadas.* -----

----- Assembleia Municipal de Lisboa, 14 de Dezembro de 2023-----

----- O Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes -----

----- Cláudia Madeira -----

----- J. L. Sobreda Antunes”-----

----- **APRECIACÃO DA PROPOSTA 737/2023 – APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO À PORPAV – ASSOCIAÇÃO DA CALÇADA PORTUGUESA, A RESPECTIVA MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA, NOS TERMOS DA PROPOSTA;** -----

----- (A Proposta 737/2023. fica anexado à presente Ata, com o Anexo XXII e dela faz parte integrante).-----

----- **PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE;** -----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente, fica anexado à presente Ata, com o Anexo XXIII e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Agora sim, vamos à Proposta 737/CM/2023, aprovar a atribuição de subsídio à exploração da PORPAV, Associação da Calçada Portuguesa. Não sei se a Câmara quer apresentar a proposta? Não!-----

----- Há um parecer da 1ª Comissão, o Deputado Francisco Camacho também não apresenta.-----

----- Temos inscrições? O Deputado Luís Newton estava se inscrever para este ponto?
Não!-----

----- Então vamos passar à votação.”-----

----- **Proposta 737/2023 – Aprovar submeter à Assembleia Municipal a atribuição de subsídio à exploração à PORPAV – Associação da Calçada Portuguesa, a respetiva minuta de contrato-programa**, foi aprovada por **maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ PCP/ BE/ CHEGA/ PEV/ PAN/ MPT/ PPM/ ALIANÇA/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça - Abstenção: IL.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O PEV fará uma declaração de voto escrita. O Deputado Carlos Reis fará uma declaração de voto individual escrita em relação a esta proposta. O MPT fará uma declaração de voto escrita.”-----

----- **O Grupo Municipal do MPT**, apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- ***“Declaração de Voto à proposta 737/CM/2023 – Atribuição de subsídio à exploração à PORPAV – Associação da Calçada Portuguesa.***-----

----- (Ponto 21 OT)-----

----- *Na 1000ª Reunião da Sessão Ordinária de Novembro (4ª Reunião) Assembleia de 14 de dezembro de 2023, votei favoravelmente a parte deliberativa da Proposta 737/CM/2023 (atribuição de subsídio à exploração PORPAV – Associação da Calçada Portuguesa), porque vai no mesmo sentido da Recomendação nº 999/01 “Pelo investimento na manutenção do Património Cultural e pelo reforço e dignificação da profissão de Calceteiro” apresentada pelo MPT nesta mesma sessão Plenária, visando a proteção , promoção e valorização da Calçada Portuguesa enquanto património, histórico-cultural e identitário nacional e a valorização da carreira de mestre calceteiro.*-----

----- *O Representante do Grupo Municipal do Partido do MPT na assembleia Municipal de Lisboa*-----

----- *José Inácio Faria*”-----

----- **(O Grupo Municipal do PEV, indica que quer retirar a declaração de voto por escrito).**-----

----- **(O Deputado Municipal Carlos Reis, não entregou posteriormente a sua declaração de voto por escrito).**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Deputado Luís Newton, pede uma interpelação à Mesa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Mascarenhas (CHEGA)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, só para salientar e gostava que ficasse registado em Ata e que a Ata tivesse presente quando for aprovação que eu não participei na votação da Proposta 794.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O PEV retira a declaração de voto escrita que estava relativa esta proposta.”-----

----- **13. APRECIACÃO CONJUNTA DOS SEGUINTE VOTOS DE SAUDAÇÃO; GRELHA A - 60 MINUTOS:** -----

----- **13.1. VOTO 099/01 (PSD) - NOVA VERSÃO - SAUDAÇÃO ATRIBUIÇÃO A LISBOA DO PRÉMIO “SECURITY INNOVATION AWARD 2023”, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15.º DO REGIMENTO; VOTACÃO;** -----

----- (O Voto 099/01 (PSD) fica anexado à presente Ata, com o Anexo XXIV e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Passamos então a apreciação dos votos de saudação, apreciação conjunta dos votos de saudação. -----

----- Começamos pelo Voto 99/01 do PSD - Saudação atribuição Lisboa do Prémio “Security Innovation Award 2023”. Pergunto ao PSD quem é que vem apresentar o voto? É o Deputado Carlos Reis, tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Reis (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Caros Cidadãos do público, -----

----- Quando apresentamos alguns destes votos de saudação, não é apenas por uma atividade banal performativa é mesmo e também porque entendemos Assembleia Municipal deve naturalmente reforçar, deve assinalar e deve reiterar positivamente aquilo que é digno nota e aquilo que é digno mérito e, portanto, a Polícia Municipal que foi quem concebeu este programa, um programa que vem e é justo reconhecer, dos anos anteriores, merece, naturalmente, a saudação especial desta Assembleia. -----

----- Este modelo de policiamento comunitário, mereceu um reconhecimento importante e um prémio importante europeu da Comissão Europeia e, portanto, nós estamos e temos todo o direito de estar orgulhosos, estar satisfeitos com este prémio. --

----- Mas mais importante do que isto, é fazermos um sinal de motivação e incentivo para que isto possa ser acrescentado, alargado e para que este modelo de policiamento possa ser uma boa base para o policiamento de mais áreas de Lisboa. -----

----- Nós entendemos que a segurança é um bem fundamental numa sociedade onde não há segurança, não há liberdade e, portanto, sendo a segurança uma tarefa constitucionalmente dependente do Estado, em que nós entendemos que as comunidades e as sociedades devem participar ativamente nos modelos, definição da sua segurança, por isso mesmo, estamos satisfeitos e gostaria, naturalmente, de estender essa satisfação a todos os colegas, a todos os partidos políticos aqui presentes e de o assinalar para o caminharmos à polícia Municipal e também saudar todos os parceiros, as juntas de freguesia envolvidas e a Polícia de Segurança Pública que tem colaborado neste modelo. -----

----- Muito obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado! -----

----- Não temos mais inscrições neste ponto, vamos votar o Voto de Saudação por pontos.”-----

----- **O Voto 099/01 (PSD) - Saudação Atribuição a Lisboa do Prémio “Security Innovation Award 2023”**, foi deliberado por pontos:-----

----- **Ponto 1** -----

----- Aprovado por **maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ IL/ CHEGA/ PEV/ PAN/ MPT/ PPM/ ALIANÇA/ LIVRE/ Deputado não inscrito Miguel Graça - Abstenção: PCP/ BE. -----

----- **Ponto 2** -----

----- Aprovado por **maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ IL/ CHEGA/ PAN/ MPT/ PPM/ ALIANÇA/ LIVRE/ Deputado não inscrito Miguel Graça – Contra: PCP/ PEV - Abstenção: BE. -----

----- (Ausência da Deputada não inscrita Daniela Serralha nestas votações). -----

----- **14. APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO 099/01 (MPT) - NOVA VERSÃO - PELO INVESTIMENTO NA MANUTENÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E PELO REFORÇO E DIGNIFICAÇÃO DA PROFISSÃO DE CALCETEIRO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15.º DO REGIMENTO; GRELHA A - 60 MINUTOS; VOTACÃO;**-----

----- (A **Recomendação 099/01 (MPT)** fica anexado à presente Ata, com o **Anexo XXV** e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Passamos agora à apreciação da Recomendação 99/01 do MPT – “PelO investimento na manutenção do Património Cultural e pelo reforço e dignificação da profissão de Calceteiro”.-----

----- Há uma segunda nova versão que foi distribuída, chamo o Deputado José Inácio Faria para apresentar a recomendação.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Colegas Público presente. -----

----- Em primeiro lugar, saudar o Executivo pela Proposta 737/2023 - Sobre a atribuição de um subsídio à exploração da PORPAV - para a proteção, promoção e valorização da calçada portuguesa.-----

----- Também nós no MPT entendemos que proteger o nosso património e a nossa identidade deveria ser uma prioridade, um dever de todos nós, particularmente aqueles que, como nós representamos o povo de Lisboa.-----

----- A Calçada Portuguesa reconhecida como Património Cultural Imaterial Nacional, é inegavelmente um elemento distintivo da cidade de Lisboa mundo fora, podendo ser

considerada como uma das grandes responsáveis pela luz característica da cidade. A modernidade e, mais recentemente, a pressão do turismo na cidade de Lisboa tem vindo a servir de pretexto para alterar a sua identidade irremediavelmente. Assistimos impávidos, a bem do progresso à destruição da nossa herança histórica, com a desculpa de interferência na mobilidade dos lisboetas e dos turistas que não estão habituados a lidar com este tipo de piso, estamos a perder um dos elementos que é a imagem desta cidade no mundo, a calçada portuguesa. -----

----- Assistimos gradualmente à degradação do piso dos nossos passeios desnivelados com pedras levantadas, com buracos e remendos rápidos, executados de forma descuidada por profissionais não qualificados e com a utilização de aguada de cimento e areia, única forma de conseguir manter as pedras juntas e disfarçar o mau trabalho executado. -----

----- Caros colegas, -----

----- Facto é que esta situação leva a insatisfação e afastamento da população relativamente à preservação desta tão nobre arte lisboeta. -----

----- A acessibilidade pedonal é também preocupação do MPT e concordamos que é necessário garantir o conforto e segurança dos pedestres, mas o verdadeiro passeio de calçada portuguesa, seja artística ou simples, executado com pedra bem emparelhada, assente em areão, bem compactada e com juntas perfeitas executado por calceteiros qualificados cumpre todas estas exigências. E se bem executada, a calçada portuguesa tem várias vantagens, é de fácil reparação e manutenção, permite a adaptação ao crescimento de árvores e garante a permeabilidade do solo, contributo importantíssimo para o controlo dos problemas das cheias na cidade. -----

----- A calçada portuguesa é um produto artesanal e património cultural, no entanto, a verdade é que já quase não existem mestres calceteiros. -----

----- Consideramos por isso, que será necessário investir na valorização da calçada portuguesa como património, na salvaguarda da profissão de calceteiro e das boas práticas de execução e atrair e dar formação a calceteiros mais jovens para que esta arte não desaparece. Torna-se ainda fundamental agilizar e exigir a fiscalização para que as empresas utilizem apenas profissionais habilitados e certificados. -----

----- Senhora Presidente, quero dizer que o ponto número um da parte deliberativa foi alterada, foi acrescentado também que seja incluído sistemas de anti-derrapagem na calçada, sugestão da Iniciativa Liberal que desde já agradeço. -----

----- Muito obrigado!" -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- "Muito obrigada, Senhor Deputado! -----

----- Vamos passar aos inscritos." -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Maria Leonor Moniz Pereira da Silva**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- "Passava a palavra à Senhora Deputado Graciela Simões do PCP." -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Funcionários, Senhores Vereadores, Senhoras Deputados, Publicou presente e no domicílio, muito boa tarde a todos! -----

----- O valor da calçada portuguesa, faz parte da nossa cultura enquanto herança do património e de memória coletiva, mas também como uma atividade tradicional que importa manter e valorizar, porque a calçada portuguesa é património nacional.-----

----- É um trabalho que exige paciência e experiência, mas é um trabalho exigente e desgastante, mas é uma arte. -----

----- No entanto, este trabalho não tem sido estimulado, porque os salários são baixos, mesmo muito curtos, as condições de trabalho inadequadas e cada vez se vai externalização mais os serviços públicos com o esvaziamento dos mapas de pessoal nesta categoria de perfis de trabalhadores, ficando cada vez mais precárias as relações laborais de quem ainda faz este trabalho. -----

----- Há muito tempo que o PCP e apoia a luta os trabalhadores do Município de Lisboa pela reabertura e dinamização das escolas, tanto jardineiros como de calceteiros, que fazem parte da história e do elevado grau de qualidade do trabalho destes profissionais no espaço público da cidade. -----

----- Além disso, sempre defendemos a intervenção na formação continua através das escolas de formação internas, assim como a mobilização de instrumentos necessários de valorização da calçada portuguesa através de ações qualificantes dos trabalhadores, condição essencial para a valorização e estabilizado profissional, assim como a qualidade do desempenho nesta profissão.-----

----- O PCP defende a reconstituição de quadros no mapa de pessoal do município de Lisboa com os trabalhadores suficientes para que possa ser garantida a criação e a manutenção da calçada, não esquecendo os espaços verdes na cidade.-----

----- As dificuldades que se tem atribuído à mobilidade da calçada portuguesa não é bem da calçada portuguesa em si, mas da qualidade do assentamento desta mesma calçada. E esta qualidade tem-se degradando exatamente com a esterilização dos trabalhos que são feitos por empresas que apenas gerem ou pretendem o lucro e não a qualidade do serviço. -----

----- Defendemos e sempre interviemos no sentido que devem ser garantidas aos trabalhadores, remunerações condignas e adequadas a este a trabalho prestado com qualidade. -----

----- Obrigada!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhora Deputada!” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Maria Leonor Moniz Pereira da Silva**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Passava então a palavra à Deputada Cláudia Madeira do PEV, exige sua intervenção do PEV.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada. Senhora Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados, -----

----- Relativamente à recomendação apresentada pelo MPT, Os Verdes estão de acordo com esta nova versão, uma vez que a anterior fazia referência às juntas de freguesia, e como tal, ultrapassava as competências desta Assembleia. -----

----- No âmbito do tema da calçada portuguesa e da profissão de calceteiro, esta Assembleia já deliberou, por proposta do PEV e por diversas vezes ao longo dos anos, a preservação e valorização da calçada portuguesa, o reforço do investimento na Escola de Calceteiros e a valorização desta profissão. -----

----- Aliás, já neste mandato, a 11 de Janeiro de 2022 esta Assembleia aprovou propostas precisamente nesse sentido. -----

----- A calçada portuguesa é uma expressão artística, um elemento do património cultural de Portugal e muito concretamente de Lisboa. Tem características de durabilidade podendo, sempre que houver necessidade, ser renovada ou reconstruída. Tem ainda benefícios ambientais, comparando com outros tipos de pavimento, por regular a temperatura e aumentar a permeabilidade do solo, contribuindo para um melhor escoamento das águas. -----

----- Apesar destas características, há questões habitualmente associadas à calçada, como o piso escorregadio, as pedras soltas, a dificuldade de locomoção principalmente de pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada e danos no calçado. -----

----- No entanto, a causa para estas ocorrências não é a calçada portuguesa em si, mas a sua má execução e falta de manutenção, situação que muito se deve ao desinvestimento por parte da Câmara Municipal, ao longo dos últimos anos. -----

----- A profissão de calceteiro, genuinamente portuguesa, é árdua e desgastante, e deve ser valorizada, pois são os calceteiros que fazem da calçada portuguesa uma obra de arte apreciada em todo o mundo e é uma forma de não se perder a experiência e o conhecimento. -----

----- Na autarquia, o número reduzido de calceteiros em actividade é manifestamente insuficiente face às necessidades de manutenção e reparação dos passeios e decorre também do facto de a profissão não ser actualmente atractiva ao nível da remuneração, o que inibe muitos jovens de quererem aprender o ofício e seguir esta profissão. -----

----- Face a tudo isto, o PEV não pode deixar de acompanhar esta Recomendação do MPT, pois acaba por replicar o que já aqui apresentámos. No entanto, o que é preciso, mais do que reapresentar o que já foi apresentado e aprovado, é a CML concretizar essas medidas. -----

----- Por fim, questionamos o executivo sobre o investimento que tem sido feito na Escola de Calceteiros e que seguimento tem dado às propostas do PEV aprovadas nesta Assembleia. -----

----- Obrigada!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhora Deputada!” -----
----- Não temos mais inscritos, não sei se a Câmara quer intervir? Não -----
----- Então vamos passar ao Deputado José Inácio, para encerrar o ponto.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado, Senhora Presidente! -----
----- Em primeiro lugar para terminar agradecer as palavras do PCP e dos Verdes, relativamente a esta recomendação que apresentamos, que o MPT apresenta hoje e queria só referir aqui a alteração de um outro ponto, Senhora Presidente, que é o ponto número 3, é muito simples!-----
----- O ponto nome 3 diz que, “reveja as tabelas remuneratórias”, a Câmara, mas isto não é competência do município, portanto, este ponto número 3 passaria a constar da seguinte forma: “que inste”, portanto, a Câmara, não é, “que inste o Governo que reveja” e depois continua tudo igual, “as tabelas remuneratórias”, etc., pronto esta precisão era necessária fazer-se e quero agradecer ao Grupo Municipal do CDS que propôs esta alteração e sugestão e agradeço uma vez mais, muito obrigado e é tudo!” --
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigada!-----
----- Vamos votar a recomendação.” -----
----- **A Recomendação 099/01 (MPT) -2ª Nova Versão Alterada - Pelo investimento na manutenção do Património Cultural e pelo reforço e dignificação da profissão de Calceteiro, foi deliberada por pontos:-----**
----- **Pontos 1, 2, 3 e 4-----**
----- Aprovados por **unanimidade**. -----
----- **Ponto 5 -----**
----- Aprovado por **maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ PCP/ BE/ CHEGA/ PEV/ PAN/ MPT/ PPM/ ALIANÇA/ LIVRE/ Deputado não inscrito Miguel Graça – Abstenção: IL. -----
----- **(Ausência da Deputada não inscrita Daniela Serralha nestas votações)**. -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “O LIVRE fará uma declaração de voto oral. Peço que passem microfone para a declaração de voto.” -----
----- **O Grupo Municipal do LIVRE**, apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**: -----
----- “Obrigada! -----
----- Agradecemos ao MPT ter trazido esta recomendação. -----
----- Nós votamos a favor de todos os pontos, no entanto, em relação ao Ponto 1, queremos também deixar claro que a calçada portuguesa pode não ser o melhor pavimento em todas as situações e, portanto, é preciso ser preservado, mas para cada sítio e para cada utilização é sempre preciso escolher o melhor pavimento e queríamos deixar isto claro, nesta declaração de voto. -----

----- Obrigada!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada!” -----

----- **15. APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO 099/02 (PAN) - PELA CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL VETERINÁRIO SOLIDÁRIO MUNICIPAL, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15.º DO REGIMENTO; GRELHA A - 60 MINUTOS; VOTACÃO;**-----

----- (A **Recomendação 099/02 (PAN)** fica anexado à presente Ata, com o **Anexo XXVI** e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Passamos à apreciação da Recomendação 99/02 do PAN - Pela construção do Hospital Veterinário Solidário Municipal. -----

----- Deputado António Valente apresenta recomendação.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Valente (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, Senhora Presidente! -----

----- Boa tarde, Senhoras e Senhores, Senhoras e Senhores Vereadores, Público presente, muito boa tarde! -----

----- Sete em cada dez portugueses consideram que “*o seu animal de estimação é um elemento fundamental da família*”, segundo um inquérito, realizado em 2021. Mas cuidar dos animais tem um custo elevado na vida das pessoas. Face ao aumento do custo de vida, os animais também sofrem consequências, nomeadamente o abandono e a falta de cuidados. -----

----- Sabemos que existem várias causas para o abandono de animais de companhia, mas a incapacidade financeira do detentor em prestar os cuidados ao seu animal, seja porque se encontra em situação de desemprego, ou porque o estado ou a doença do animal exigem cuidados médico-veterinários muito dispendiosos, constituem uma situação de vulnerabilidade social à qual a autarquia não deverá ser alheia.-----

----- É importante referir que esta Assembleia aprovou a 27 de Fevereiro de 2018 a Recomendação 012/19 do PAN, para a efetiva construção deste Hospital Veterinário Municipal.-----

----- E que no presente mandato o PAN já reuniu com o executivo dos Novos Tempos no sentido de se iniciar agora a construção deste equipamento tão necessário a muitos municípios e que também constava do Programa Eleitoral desta coligação.-----

----- Felizmente, ao contrário do que acontece na capital do país, a nível nacional e através de Proposta do PAN foi aprovada a criação de uma Rede Pública de Hospitais Veterinários com a inscrição do valor de 2M no Orçamento de Estado. -----

----- Por tudo isto o PAN recomenda ao executivo camarário: -----

----- 1. A criação de um Hospital Veterinário Solidário Municipal.-----

----- Muito obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhora Deputada!” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Maria Leonor Moniz Pereira da Silva**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Passava então a palavra à Deputada Angélique da Teresa da Iniciativa Liberal.” -

----- **A Senhora Deputada Municipal Angélique da Teresa (IL)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Caros Lisboaetas, -----

----- Basta abrir os noticiários para vermos o caos nas urgências. Pedem às pessoas que vejam quais são as que estão fechadas, enquanto os fanáticos preconceituosos escolhem onde querem ser tratados, porque estes têm seguros de saúde, têm a ADSE e outros subsistemas, mas condenam aqueles que não conseguem pagar ao que há deste que seja público, quando todos poderiam ter acesso a toda a oferta de saúde instalada. -

----- O PAN, votou inclusive contra a nossa proposta na Assembleia da República para reformar o sistema de saúde em Portugal. Votou contra o direito de as pessoas terem acesso a um sistema universal de saúde, como, aliás, acontece noutros países europeus com políticas liberais. Este é o Estado Portugal, senhor deputado, este é o Estado em que os portugueses se encontram! -----

----- E, por isso, num país em que a marcação de uma consulta de urologia no Garcia de Orta, em Almada, houve de oftalmologia no Hospital de Faro implica uma espera superior a 2 anos. Num país onde no Hospital Dona Estefânia em Lisboa, uma cirurgia pediátrica pode chegar aos 13 meses de espera, quando o máximo deveria ser meio ano, se for prioritária.-----

----- Analisamos a sua recomendação toda ela cheia de boa vontade e tive oportunidade de lhe dizer isso pessoalmente e sugerimos que a reformule. -----

----- Propomos que antes de imputar este custo à Câmara Municipal de Lisboa, reformulá-la-á no sentido de envolver uma rede de clínicas veterinárias que estejam disponíveis a fazer a ação social, que envolve a capacidade instalada da CAL, eventualmente reforçá-la e, por último e não menos importante, envolver o próprio hospital escolar da Faculdade de Medicina Veterinária, nesta solução. Esta seria uma solução e, portanto, sugeríamos esta esta alteração de fundo na sua proposta, naturalmente, se o PAN aceitar. -----

----- Muito obrigada!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhora Deputada!” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Maria Leonor Moniz Pereira da Silva**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Passava a palavra ao Deputado Carlos Reis do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Reis (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores deputados,-----
----- Como já tem sido aqui repetido ao longo deste mandato, foi dito em campanha eleitoral e tem sido assumido pelo Vereador do Pelouro e pelo Presidente da Câmara, nós somos uma coligação e um Executivo Petfriendly, não somos animalistas, não acreditamos em famílias inter-espécies, somos humanistas e personalistas, mas entendemos que os animais têm um papel fundamental na vida de muitas pessoas. Entendemos que o seu bem-estar e o bem-estar de quem psicológico e emocional de quem os detém é digno de tutela política e de tutela pela parte da comunidade. -----
----- Entendemos também que isto não são necessidades frívolas, nunca viremos aqui fazer falsas demagogias em colocar em pé de igualdade ou em contravenção a necessidades de cuidar dos nossos animais, com as necessidades das doenças das pessoas, não vamos misturar uma coisa com outra. Mas do ponto de vista público e dos recursos públicos, temos de definir prioridades e as nossas prioridades estão bem definidas. Nós prometemos à população e isto vale para o proponente desta recomendação, como vá para os partidos à nossa esquerda e pelos nossos parceiros, à nossa direita, com os quais todos nós os cinco partidos fomos eleitos, nós fomos eleitos com um programa, com programa que promete e que prometeu disponibilizar um hospital veterinário ambulatório durante este mandato. -----
----- Um hospital veterinário ambulatório, para efetuar tratamentos aos animais que os dos detentores têm comprovadas carências económicas. Ao decidi-lo promete-lo sabíamos das dificuldades e sabemos do pioneirismo desta medida, por isso mesmo saudarmos o compromisso assumido pelo Vereador Ângelo Pereira, no último dia 7 de dezembro na Comissão de Ambiente em que assumiu como um primeiro passo a criação do Centro Veterinário Social Municipal. -----
----- Nós não podemos começar uma casa pelo telhado, temos que dar e continuar a dar os meios à casa dos Animais de Lisboa. -----
----- Temos mais investimentos para ter que fazer a política proteção do animal e acreditamos e vamos mesmo fazer, aquilo que o nosso Vereador Ângelo Pereira se comprometeu a fazer. Isto serve também um aviso também aos nossos parceiros de coligação à direita. Os nossos programas eleitorais são sempre para cumprir e vamos cumpri-los. -----
----- Por isso mesmo, isto serve também de aviso a todos os nossos parceiros de coligação à direita, o nosso programa eleitoral não é se questionável, não é cindível é o único e vai ser votado e vai ser feito e vai ser votado e avaliados cidadãos de Lisboa.
----- Por isso mesmo, a recomendação do PAN não nos vai merecer o voto desfavorável. Nós vamos abster-nos, porque o sentido do PAN é um sentido nobre e é um sentido com o qual nós concordamos em parte, embora discordamos dos fundamentos e da maneira como lá chegarmos, mas há uma questão que o PAN também tem de perceber, as casas não se constrói pelo telhado e têm sempre um ponto de partida e aquilo que o PAN declarou e disse na última sessão desta Assembleia Municipal em relação orçamento foi perfeitamente injusto e até fantasioso, porque nenhum executivo desta Câmara, inclusive aqueles que o PAN aqui aprovada na Assembleia Municipal, de olhos fechados, fez tanto pela proteção animal do que nós.--

----- Obrigado!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhor Deputado!” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Maria Leonor Moniz Pereira da Silva**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Chamava então o Deputado Hugo Gaspar do PS, para fazer a sua intervenção.” --

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Gaspar (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente, Excelentíssimos Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais,-----

----- Realmente nenhum executivo municipal fez distantes como este executivo municipal para o bem-estar animal e perguntam vocês: então o que é que este executivo fez pelo bem-estar animal?-----

----- Nada, basicamente a não ser ter inscrito nas Grandes Opções do Plano do ano passado, uma verba para o Hospital Veterinário Municipal 50.000 euros e que, curiosamente, nas Grandes Opções do Plano que estão este ano de 2024 para 2028, está lá a rubrica, mas não está com a dotação orçamental, de resto, desconhecemos completamente uma medida que tenha sido feita por este executivo municipal em prol do bem-estar animal. -----

----- O PAN hoje vem aqui apresentar esta recomendação e o Partido Socialista vai votar favoravelmente a mesma e vai votar favoravelmente a mesmo em primeiro lugar, por um ato de contrição, porque no passado nós fomos contra e nós fomos contra, porque acreditamos que o modelo de financiamento hospital de Município veterinário municipal não é algo fácil, mas a partir do momento em que quem está no podia fui eleitos com um programa que incluí, promete aos lisboetas a construção no Hospital Veterinário Municipal, esse Hospital Veterinário municipal num outro sítio, o voto contra do Partido Socialista que vai deixar de existir. -----

----- Portanto, há um compromisso..., calma, senhores deputados, que o Senhor Deputado Municipal, Carlos Reis já disse que vocês vão ter de votar favoravelmente! -

----- De qualquer das formas esta é a posição do Partido Socialista sobre esta questão. -

----- É pena e quero saudar o senhor vereador pelo compromisso que assumiu no dia 7/12/2024 no Centro Veterinário social, mas é uma ideia vaga, porque não sabemos qual é a metodologia de construção do mesmo, se é uma parceria público-privada , se é única e exclusivamente investimento público, se é unicamente uma concessão a privados, portanto, permita-me que lhe diga as ideias são boas, mas, como em tudo neste executivo, quando se trata de obra feita ou se aproveita aquilo que vinha ou então é uma mão cheia de nada, que é aquilo que vocês têm feito, um nível do bem-estar animal neste mandato. -----

----- Disse!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhor Deputado!” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Maria Leonor Moniz Pereira da Silva**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Chamava então o Deputado Luís Newton do PSD, para fazer a sua intervenção.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, -----

----- Isto é sempre um entusiasmo muito grande ver que o Partido Socialista 14 anos depois de não ter feito nada, é a favor de que se faça alguma coisa, eu diria que este é um dos momentos que nos enche e que, obviamente que iremos cobrar. -----

----- Mas há uma questão que é completamente encontra incontornável é que, ao longo destes anos todos, o investimento aí decresceu substancialmente, chegámos ao ponto a que chegámos, o que nunca se conseguiu no âmbito até inclusivamente, do próprio provedor, encontrar um mecanismo que pudesse assegurar o correto investimento e o funcionamento desta área, da cidade de Lisboa.-----

----- E, por isso que fique muito claro, até porque ainda há bocado o meu companheiro Carlos Reis, no meio da entusiasmante intervenção que fez, cometeu um pequeno lapso que eu tenho de corrigir, é que nós, obviamente, vamos votar favoravelmente esta proposta. -----

----- Muito obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado!-----

----- Não temos mais inscritos, vamos passar ao Deputado Hugo Gaspar, que pediu a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Gaspar (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente, Caros Senhores Vereadores, Caros Colegas Municipais, -----

----- Não é por embirração minha, mas também não há de ser, porque uma mentira dita muitas vezes passa a ser verdade, portanto, Senhor Deputado Luís Newton, cujo os dotes de oratória que todos reconhecemos, veio aqui dizer que, em 14 anos, nada foi feito. -----

----- No início de 14 anos, o Partido Socialista recebeu uma coisa que chamava que se chamava Canil/Gatil Municipal, que era uma casa de terror com providências cautelares, onde todas as associações de bem-estar animal se envergonhavam daquilo que encontravam. O que o Partido Socialista fez foi transformar um canil/gatil municipal na Casa dos Animais de Lisboa, que hoje é reconhecida e copiada ao nível nacional pela forma como encarou as questões do bem-estar animal e que, este executivo, aquilo que temos feito e não destruir ir, continua a fazer um bom trabalho que lá está instalado.-----

----- Foi contratado pessoal, onde houve uma preocupação para que as pessoas que fossem contratadas para a Casa dos Animais de Lisboa, que gostassem daquilo que

era o papel que faziam e não serem os carneiros, que era aquilo que existiam, que maltratava os animais, por exemplo na recolha.-----

----- Foi pela primeira vez e o Município de Lisboa é a charneira nisto, foi abolido o abate como método controlo dos animais, foi o Partido Socialista que fez isto e a seguir até ao nível legislativo foi o Governo que seguiu, porque Lisboa foi a primeira cidade em Portugal, onde se deixou de abater animais como método de controlo populacional. Todos os animais que vão para a Casa dos Animais de Lisboa, são abatidos apenas como eutanásia, por motivos de impedir o sofrimento e dor.-----

----- Foram estabelecidos protocolos com a Faculdade de Medicina Veterinária, com a Faculdade Lusófona, com um conjunto de instituições, foi pacificadas as relações com grande parte das associações de bem-estar animais mais representativos da cidade de Lisboa, que eram algo que não existia, portanto, pergunto novamente, este executivo até agora, o que é que fez? Isto é o trabalho que o Partido Socialista fez em 14 anos, isto que é reconhecido por todas as associações de bem-estar animal, aliás, foi criado o Provedor Municipal dos Animais de Lisboa, que é hoje evocado. -----

----- Agora eu pergunto-vos, uma medida que este executivo tenha feito como inovação em termos de bem-estar animal que não tenha vindo do mandato anterior, uma, desafio-vos. -----

----- Disse!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhor Deputado!-----

----- O Deputado Jorge Nuno de Sá, quer um pedido de esclarecimento.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Nuno de Sá (ALIANÇA)**, no uso da palavra fez pedido de esclarecimento: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, -----

----- A pergunta é ao Senhor Deputado Hugo Gaspar, eu fiquei esclarecido quanto à parte do ato de contrição, essa não me restou qualquer dúvida. Somos contra quando pagamos, somos a favor, quando são outros a pagar, mas há uma coisa que fica com uma dúvida. Referiu-se que eram recolhidos por carneiros, referia-se aos funcionários municipais? Era aos funcionários municipais, é para que fique gravado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ok, está clarificado! -----

----- Não vamos entrar em discussão, vamos chamar o próximo inscrito.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Maria Leonor Moniz Pereira da Silva**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Chamava a Deputado Maria José Cruz do PSD.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Deputada Margarida Penedo, não percebi, mas ainda estamos no ponto anterior? E qual é a figura regimental, um pedido de esclarecimento. -----

----- Podem passar a palavra à Deputada Margarida Bentos Penedo.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Bentos Penedo (CDS-PP)**, no uso da palavra fez o seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- “Muito obrigada. Senhora Presidente, é que eu ouvi o Senhor Deputado Jorge Nuno Sá a fazer uma pergunta, mas não ouvi resposta e como isto depois tem que ficar em ata, gostava de saber qual tinha sido a resposta. -----

----- Muito obrigada!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Apenas confirmou que já estava dito, portanto, ficou..., sim, o deputado confirmou a pergunta do Deputado Jorge Nuno Sá. -----

----- Pode passar o microfone ao Deputado Hugo Gaspar.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Gaspar (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, vai-me desculpar, mas sou eu que peço a palavra e não é a Senhora Presidente que me manda responder.-----

----- Disse!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pronto, não respondeu! -----

----- Deputado José Inácio Faria, pede uma interpelação à Mesa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Senhora Presidente, interpelação à Mesa é para saber no final em que é que ficamos, se Senhor Deputado Hugo Gaspar entende que os carneiros eram os funcionários municipais, e se sim ou se não? E queria interpelar a Mesa nesse sentido, saber se vai haver resposta ou não, porque isto dizer *off the record*, não serve para aqui. -----

----- Muito obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Se o Deputado Gaspar, quiser falar pedirá a palavra. -----

----- Deputado Carlos Reis.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Reis PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Senhora Presidente, uma interpelação muito breve, o Senhor Deputado Hugo Gaspar fez uma pergunta, lançou para o ar, quem lhe quisesse responder, mas nós, naturalmente, temos aqui sempre para responder e não é preciso muito, basta andar nas redes sociais e se o Senhor Deputado Hugo Gaspar até que faz parte de uma, sem truques, até faz parte de uma comissão, isto não é truques, está nas redes sociais, não é truques, não há aqui informação privilegiada, Senhor Deputado, portanto, está na Comissão, é membro de uma comissão onde até estas matérias se podem discutir e onde inclusive vamos discutir isto para o mês que vem, que é a rede solidária, como é

que isto se chama?... Rede solidária, alimentar, animal pronto, tem aqui uma coisa, se calhar, se andarmos aqui a procurar, se calhar, encontramos mais coisas. Há uma de certeza, Senhor Deputado!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos ouvir então a Deputada do PSD.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria José Cruz (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- Senhor Deputado Hugo Gaspar, nós conhecemos e em resposta aquilo que o senhor disse aqui, eu venho dizer que no mandato de 2009 a 2013, realmente o canil era uma coisa horrível e foi feita alguma coisa foi, mas foi porquê?-----

----- Primeiro, porque durante 4 anos eu fiz 32 intervenções aqui nesta casa sobre o Canil Municipal, com o Senhor Vereador e com o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Depois, porque foram feitas providências cautelares para que as obras do canil fossem feitas, porque as obras era uma grande confusão, porque as empresas a quem eram adjudicadas as obras. Por acaso, houve duas que faliram, nunca mais haviam obras, nunca mais havia nada e 3 meses antes das eleições de 2013, o Senhor Presidente da Câmara de então, Doutor António Costa realmente fez todo o que eu lhe pedi durante 4 anos, criaram uma comissão para ver o que é que se passava lá dentro. Claro que quem se prejudicou foi a Chefe de Divisão, por exemplo, coitada que não tinha culpa de nada, fizeram várias coisas.-----

----- E realmente fizeram o primeiro Provedor, que em 3 meses houve 3 Provedoras porque, ninguém se aguentou, portanto, tudo o que foi feito foi porque eles uma providência cautelar, porque havia obras, há uma série de anos para serem feitas e tiveram que fazer nos 3 meses antes das eleições, porque os animais não votam, mas as pessoas votam. -----

----- Eu só tenho a dizer-lhe que, em relação ao Senhor Ministro Duarte Cordeiro, tenho tudo a dizer bem, fiz uma petição à Assembleia da República com 17.000 assinaturas pela criação de um Hospital Veterinário Municipal e tive todo o apoio do Senhor Ministro Duarte Cordeiro, assim como tive o apoio do meu partido , do Partido Social Democrata, tive de outros partidos e agora, entretanto, eu por acaso, até me admirei, porque o Orçamento de Estado vi uma proposta metida à última da hora pelo PAN para a criação de um Hospital Veterinário. É bom, é bom que se aproveitem! -----

----- Muito obrigada!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhora Deputada!” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Maria Leonor Moniz Pereira da Silva**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Passava então a palavra ao Deputado Jorge Nuno Sá do ALIANÇA!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Nino de Sá (ALIANÇA)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Secretária! -----

----- Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores, -----

----- Sobre a parte do conteúdo mais temático da proposta, a Deputada Mizé Pinheiro da Cruz já falou agora sobre ela e não me não me repetirei, queria apenas estando presente a Câmara, pedir que nos fossem remetidos os processos disciplinares levantados, porque as acusações foram aqui feitas, foram graves, foi generalizado sobre todos os funcionários da Câmara que trabalhava neste departamento que eram carniceiros, curiosamente, pelo partido sente ofendido por uma generalização de uma intervenção há 2 semanas atrás.-----

----- Portanto, queríamos solicitar à Câmara que está presente, que nos fizesse chegar no mais curto espaço de tempo, quais são os processos disciplinares levantados? Quais foram as acusações feitas? Quais foram os resultados de todas estas acusações que hoje foram tornadas públicas pelo Senhor Deputado Hugo Gaspar, que pressupõe que sejam factuais e não apenas para o debate político? -----

----- Muito obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhor Deputado!-----

----- Pergunto à Câmara se querem participar neste ponto?”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara em Exercício, Vereador Diogo Moura**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não, Senhora Presidente, iremos recolher esta informação e viremos à Assembleia Municipal.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada!-----

----- Chamo o Deputado António Valente para encerrar o ponto.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Valente (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente,-----

----- Um Hospital Veterinário Público em Lisboa é fundamental e a resposta não é só para que a causa animal e para o bem-estar animal, é para as famílias que, efetivamente passam muitas dificuldades e que não têm como pagar os custos médico-veterinários, portanto, é uma resposta às famílias mais carenciadas. -----

----- Relativamente àquilo que foi dito pela Senhora Deputada Teresa, que muito agradeço, aquilo que tenho a dizer relativamente aquilo que propôs é que não vamos aceitar pelo seguinte, A resposta, eu compreendo a comparação entre aquilo que é o SNS para as pessoas e aquilo que está a comparar com a questão animal, é que o SNS é uma responsabilidade do Estado Central e aqui há uma responsabilidade direta das autarquias sobre bem-estar animal e sobre a causa animal tem de cuidar. -----

----- E, portanto, também a CAL é o final de linha e quando os animais são abandonados, já dá uma grande resposta e já tem dificuldades, dar o apoio às famílias carenciadas nos tratamentos deve ser uma coisa à parte e não deve sobrecarregar a CAL. -----

----- Por outro lado, como sempre, a Iniciativa Liberal tem uma postura correta e falou connosco até antecipadamente e tivemos o cuidado de consultar muitas clínicas veterinárias durante o dia de hoje, nenhuma delas está disponível para fazer uma consulta a uma pessoa que tem uma dificuldade e que consiga pagar. Todas elas disseram que não, até aquelas que tem protocolos, todas as que ligamos, durante a manhã toda, nenhuma está disponível, com exceção de uma que estará desde que pague uma taxa de 20 euros anual e faz um desconto de 30% sobre aquilo que é o tratamento e isto para resumir rapidamente. -----

----- Sobre aquilo que o PSD disse e sobre aquilo que o Senhor Vereador assegurou que ia avançar com este hospital, mas efetivamente a causa animal não tem sido muito querida por este executivo e porque é que eu digo isto? Porque, por exemplo, o cheque veterinário que é das grandes bandeiras, daquilo que foi este executivo, só foram gastos 5.000 euros em Lisboa. Eu olho para as juntas de freguesia, muitas das Juntas de Freguesia, Senhoras e Senhores Presidentes, que estão aqui nesta sala, têm feito um trabalho extraordinário sobre a questão da causa animal. -----

----- Eu recordo, por exemplo, a Junta de Freguesia de Arroios, vai propor neste orçamento 37.000 euros para dar consultas, parte dessa verba é para dar consultas a pessoas carenciadas que não têm como pagar. -----

----- A Junta do Areeiro, relativamente aos pombais contraceptivos tem feito um excelente trabalho, substituindo-se a Câmara naquilo que é as suas funções. -----

----- A Junta, por exemplo, Penha de França, há anos que tem um regulamento de bem-estar animal e tem feito um esforço incrível nesta causa. -----

----- E depois chegamos aqui a situação da Câmara que tem esta proposta, mas efetivamente com 50.000 euros previsto no Orçamento do ano passado, que não foi executado. Seria uma ótima oportunidade para fazer os tais estudos necessários que era para avançar com esta obra. -----

----- O PAN já identificou qual o local ou os locais que estão ao abandono, não estão a ser utilizados. -----

----- O PAN já identificou quais os equipamentos e quais os valores desses equipamentos a instalar. -----

----- O PAN já identificou, já propôs modos de funcionamento com protocolos com as universidades. -----

----- E, portanto, o PAN fez aqui um trabalho de esforço para tentar junto executivo avançar com este projeto e demos todo o nosso apoio àquilo que seria necessário e imprescindível para avançarmos com ele. Na verdade, isto é uma resposta fundamental às pessoas de Lisboa, é uma resposta fundamental ao bem-estar animal, na nossa sociedade e, portanto, é imprescindível, Senhor Vereador, avançar com este projeto. -----

----- Obrigado!" -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado! -----

----- O Vereador Ângelo Pereira, por lapso, não falou na altura da Câmara. Não sei se quer acrescentar, como ainda estamos no ponto, embora geralmente seja antes do encerramento, passo a palavra.” -----

----- **O Senhor Vereador Ângelo Pereira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Bom, muito rapidamente dizer, como já foi falar de agora que protocolados com a Ordem dos Médicos veterinários, a questão do se cheque veterinário iniciou-se, tem margem produção, estamos a divulgar, a adesão está a ser progressiva e temos a certeza que é uma resposta para as famílias mais necessitadas.-----

----- Temos apostado muito na formação dos cuidadores, dos cuidadores, dos milhares de cuidadores que temos pela cidade.-----

----- Queríamos uma rede de apoio alimentar para animais de famílias necessitadas.-----

----- Iremos em março convidar todos, senhores deputados para a inauguração das novas instalações da Casa dos Animais de Lisboa.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Vereador! -----

----- Vamos passar então à votação.” -----

----- **A Recomendação 099/02 (PAN) - Pela Construção do Hospital Veterinário Solidário Municipal**, foi provado por **maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ PAN/ MPT/ LIVRE/ Deputada não inscrita Daniela Serralha – Contra: IL/ CHEGA/ PPM/ 1 DM CDS-PP/ Deputado não inscrito Miguel Graça - Abstenção: CDS-PP/ ALIANÇA. -----

----- **O Grupo Municipal do PS**, apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- ***“DECLARAÇÃO DE VOTO*** -----

----- *Na 100ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa, de 12 de Dezembro de 2023, o Partido PAN, apresentou na Assembleia Municipal de Lisboa, o voto de Recomendação 099/02 – Pela Construção do Hospital Veterinário Solidário Municipal - tendo o Partido Socialista votado a favor, entendendo ainda ter de clarificar a sua intervenção através da apresentação da seguinte Declaração de Voto: -----*

----- *Foi referido na nossa intervenção que existiam “carniceiros” no antigo Canil de Lisboa, esses funcionários que não tinham formação, nem aptidão para cuidar de animais, foram afastados durante a governação do PS. -----*

----- *O Partido Socialista tem plena confiança no grupo de funcionários que deixou na CAL no fim do seu mandato. -----*

----- *Assembleia Municipal de Lisboa, 12 de Dezembro de 2023 -----*

----- *Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista -----*

----- *Manuel Portugal Lage” -----*

----- **16. APRECIACÃO DA MOÇÃO 099/01 (CHEGA) - PELA CRIAÇÃO DE UM MUSEU DOS DESCOBRIMENTOS, DA EXPANSÃO E DA EPOPEIA DE PORTUGAL, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15.º DO REGIMENTO; GRELHA A - 60 MINUTOS; VOTAÇÃO;** -----

----- (A Moção 099/01 (CHEGA), fica anexada à presente Ata, com o Anexo XXVII e dela faz parte integrante).-----

----- **16.1. MOÇÃO 099/02 (PSD) - PELO REFORÇO DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, ARTÍSTICA E PEDAGÓGICA DA ERA DOS DESCOBRIMENTOS E CONSEQUENTE VALORIZAÇÃO DOS MUSEUS E ARQUIVOS NACIONAIS, SEDEADOS EM LISBOA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS N.ºS 11 E 12 DO ARTIGO 48.º DO REGIMENTO; VOTAÇÃO;** -----

----- (A Moção 099/02 (PSD), fica anexada à presente Ata, com o Anexo XXVIII e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Passamos à apreciação da Moção 99/01 do CHEGA – “Pela criação de um Museu dos Descobrimentos, da Expansão e da Epopeia de Portugal. Temos também uma moção do PSD, mas primeiro chamo o Deputado Bruno Mascarenhas para apresentar a Moção.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Mascarenhas (CHEGA),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Mais uma vez, muito boa tarde, Senhores Deputados.-----

----- Nós apresentamos aqui hoje uma Moção relativa à criação, entendemos isso, à criação do Museu dos Descobrimentos, da Expansão e da Epopeia de Portugal na cidade de Lisboa.-----

----- Começo desde logo por dizer que, no dia 3/12/1521, morreu em Lisboa, um dos mais importantes reis da história de Portugal, justamente considerado um dos grandes políticos europeus e provavelmente, o melhor da primeira metade do século XVI, Dom Manuel I de Portugal. Sucedeu a um outro brilhante, estratega e estadista, o Príncipe Perfeito Dom João II, que soube planear e executar a expansão portuguesa e que nos trouxe tantas glórias que ainda hoje são lembradas com enorme admiração.-----

----- Durante uma intervenção que proferimos na Assembleia Municipal de Lisboa, a 14 de dezembro de 202, tivemos ocasião de publicamente recordar os 5 séculos da morte de Dom Manuel I e os seus enormes feitos que consolidaram Portugal como primeira potência global.-----

----- Salientamos entre tantos outros personalidades, como Infante Dom Henrique, falecida a 563 anos. Afonso de Albuquerque cujo falecimento foi 16 de dezembro no 515, perfaz 508 anos, Pedro Álvares Cabral, há 503, Gaspar Corte Real, um desaparecimento que totaliza 522 anos e Vasco da Gama no próximo ano 2024 são assinalados os 500 anos da sua morte em Cochim, na Índia.-----

----- Lisboa, cidade cosmopolita há mais de 5 séculos e capital do país que deu a conhecer, reuniu os 5 continentes, pretende ser um destino turístico internacional de

renome, sustentado pela fama dos nossos reis navegadores, cultura, arquitetura, gastronomia, costumes e tradições. -----

----- Ora, todas as cidades que foram capitais de impérios tem equipamentos museológicos que enaltecem os períodos históricos em que foram dominantes e fazem questão de os promover. -----

----- Infelizmente, a cidade de Lisboa continua a manter-se tímida e submissa, abstendo-se, propagandear o assumir de forma orgulhosa e justa a fama que outros povos nos atribuem e até é confrangedor que os milhões de visitantes que anualmente acorrem Portugal e à nossa capital na expectativa de conhecer com mais profundidade tudo o que fomos capazes de mostrar ao mundo, não encontrem essa óbvia e necessária oferta. É nossa responsabilidade e obrigação preservar, explicando de forma objetiva e factual o que foi a expansão portuguesa e com isso difundir os extraordinários momentos da nossa história, que começou na conquista das praças do Norte de África, no desbravar toda a costa ocidental africana, no controlo do Indico, a pacificação dos mares da China e do Japão. Mais tarde no século XVII, a aventura dos Bandeirantes no Brasil e no final do século XIX, a conquista do interior dos territórios africanos, ou seja, todo um percurso feito por nós, portugueses, desde o início do século 15 até 1975, em que foram entregues as nossas antigas províncias ultramarinas.

----- Impõe-se, por isso, a criação de um relevante museu da expansão portuguesa, elencando e homenageando todos aqueles que, pelo seu esforço, mérito, sagacidade e muitas vezes pela força das armas, construíram uma história única, esforçada e que é nosso. -----

----- São centenas os factos históricos relevantes para a história da humanidade, de momentos de audácia, bravura, tenacidade e patriotismo que não podem ficar esquecidos no pó do tempo, temos de lembrar, exacerbar, somos de novo mensageiros de uma saga que foi real e de cuja os protagonismos os carregamos no sangue. -----

----- A exposição do mundo português de 1940, trouxe-nos o magnífico icónico monumento aos Descobrimentos, erigido forma definitiva em 1960. 60 anos depois e passados mais de 5 séculos do desaparecimento e morte dos atores da epopeia portuguesa, os Descobrimentos, é imperativo que a nossa geração assuma o compromisso de promover de forma competente um outro grandioso monumento que seja depositário da nossa identidade, da nossa capacidade e seja símbolo da portugalidade. -----

----- É altura de fazermos um relato escrito, visual, interativo de todos os momentos, compõem a nossa feliz grandiosa epopeia. -----

----- Para além da memória histórica, Lisboa deve capitalizar e chamar a si esse futuro edificado, porque é devido e merecido essa apologia às nossas virtudes com povo e nação. -----

----- Dentro em breve, estaremos em 2024 e será uma oportunidade única de homenagear Luís Vaz de Camões, na celebração dos 500 anos do seu nascimento. Muitos historiadores defendem a data de 1524, Camões incomparável, poeta português do renascimento, autor da obra maior da literatura portuguesa, “Os

Lusíadas” dá-nos oportunidade de lançarmos este projeto em que ele próprio também é peça central. -----

----- O Grupo Municipal do CHEGA, propõe a construção em Lisboa de um edifício emblemático, cujo conteúdo programático hoje honre as nossas memórias, os feitos políticos, diplomáticos, militares, a navegação, a construção alcançada ao longo de centenas de anos e que seja um polo de atração turística de relevância mundial. Temos em Lisboa um edifício emblemático que seja o orgulho de Portugal, do passado, do presente e para o futuro, sem constrangimentos ideológicos nem complexos dogmáticas. -----

----- Para além da promoção da nossa história, deve ser um investimento com grande retorno económico para a cidade de Lisboa e, por isso mesmo, Senhora Presidente, solicitamos ao Governo de Portugal a promoção do Museu dos Descobrimentos, da Expansão e da Epopeia de Portugal e, naturalmente, dar conhecimento aos grupos parlamentares na Assembleia da República. -----

----- Muito obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado! -----

----- Chamo o Deputado Carlos Reis, para apresentação da moção do PSD – “Pelo reforço da divulgação científica artística pedagógica da era dos Descobrimentos e consequente valorização dos museus e arquivos nacionais sedeados em Lisboa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Reis (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, nós decidimos apresentar esta moção, não podíamos deixar de a apresentar, porque se, entendemos que deve ser feita a divulgação científica artística pedagógica da era dos Descobrimentos e que essa era, de facto, para Portugal constitui um marco histórico, inestimável, entendemos também e temos a nossa própria posição sobre como devemos fazer. -----

----- E penso que se mais para nós, mais importante do que entendermos esta justificada necessidade que o cultural e de promovermos e da projetarmos, mais importante do que um fetiche sob forma de museu novo, é valorizar aquilo que temos, até porque, como dizem muitos técnicos e muitos especialistas da área e praticamente todos seria muito difícil criar-se um museu de raiz com esta temática.-----

----- Por um lado, porque as coleções estão dispersas por vários museus. Por outro lado, porque os próprios testemunhos materiais dessa expansão e desses descobrimentos estão nos vários locais e dos novos países que delas nasceram e deram origem. E depois também uma questão de recursos, num país onde os museus estão à míngua de tanta necessidade, estão à míngua de tantos investimentos, uma cidade onde era fundamental que o Museu da Marinha, que é um dos principais museus portugueses e mais queridos pelas pessoas, fosse repensado, fosse expandido, fosse revalorizado e que é por natureza e que deveria ser por natureza, o próprio Museu das Descobertas. -----

----- Numa cidade que tem o Museu Nacional de Arte Antiga, que é uma das nossas joias de património e cuja história dos descobrimentos é impossível discutir sem o Museu de Arte antiga, numa cidade que tem o Museu Nacional de Etnologia, cujas maior parte das suas coleções não está disponível, não está disponível ao público. -----

----- Numa cidade que tem o Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa, que é herdeiro do antigo museu colonial, que tem um conjunto de coleções importantes e que a esmagadora maioria dos lisboetas não conhece. Numa cidade onde o Museu Nacional do Azulejo, precisava de mais recursos, um museu importantíssimo que também conta uma parte desta história é fundamental e onde entendemos que é prioritário, sim, o apoio a estes museus.-----

----- E, portanto, as nossas fundamentações estão plasmadas, nós não precisamos, penso eu, de fazer grandes juras sobre e grandes proclamações sobre a importância de uma era que, de facto, mostrou nos trouxe até aqui, não temos nem complexos tanto à nossa direita como à nossa esquerda em relação ao passado, com as suas vitórias, com as suas glórias também com as suas misérias e também com os seus pecados, contudo, isso que informa aquilo que todos nós somos e, naturalmente, esta é uma história feita de histórias que deve ser contada, mas deve ser contada com os nossos museus, com os arquivos que temos e para projetar Lisboa e o país, até na questão do turismo cultural e na educação pedagógica de uma outra forma, nós precisamos de dar uma outra atenção à cultura nacional.-----

----- Muito obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado!-----

----- Não temos mais inscritos, vamos passar ao Deputado Bruno Mascarenhas que quer encerrar o ponto.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Mascarenhas (CHEGA),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, só para dar nota do seguinte este voto, esta moção pretende, desde logo, eu compreendo a argumentação que aqui foi dada, estamos de acordo, com certeza, estamos de acordo que deve ser reforçado aquilo que são os museus, mas eu vou dar conhecimento, aqui ao Senhor Deputado do PSD o seguinte.--

----- Eu tive ocasião de visitar há poucos anos Alexandria e que fez uma obra de raiz absolutamente extraordinária, que foi a criação da Biblioteca de Alexandria, revisitando aquela que foi destruída há cerca de vale quase 500 anos atrás, se não estou em erro. E o que é que acontece é, de facto, um foco de atração enorme de turismo para aquela cidade, da mesma forma que aquilo que vos proponho é exatamente isso, um edifício que seja agregador e eu sei, inclusivamente que, por exemplo, no terramoto de 1755, perderam-se grandes tesouros dos descobrimentos, inclusivamente armaria todas de Dom Manuel ficou perdida, portanto, depois do maremoto.-----

----- Agora isto não invalida que nós não façamos enquanto povo, um esforço reunir toda essa documentação, que façamos um esforço de reunir todos esses bens e

façamos um grande museu inclusive interativo com novas tecnologias que é isso que se pretende. -----

----- Obrigado!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado! -----

----- Vamos então passar à votação.” -----

----- **A Moção 099/01 (CHEGA) - Pela criação de um Museu dos Descobrimentos, da Expansão e da Epopeia de Portugal**, foi **rejeitada** com a seguinte votação: Contra: PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ PAN/ ALIANÇA/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça - Favor: CHEGA/ MPT/ PPM – Abstenção: CDS-PP/ IL. -----

----- **A Moção 099/02 (PSD) – Pelo reforço da divulgação científica, artística e pedagógica da Era dos Descobrimentos e consequente valorização dos Museus e Arquivos nacionais, sedeados em Lisboa**, foi aprovada por **maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ PCP/ IL/ PEV/ PAN/ MPT – Contra: CHEGA/ PPM - Abstenção: BE/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça. -----

----- (Ausência do Grupo Municipal ALIANÇA nesta votação). -----

----- **O Grupo Municipal do BE**, apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- *“Declaração de Voto relativa à apreciação a Moção 099/02 (PSD) – Pelo reforço da divulgação científica, artística e pedagógica da Era dos Descobrimentos e consequente valorização dos Museus e Arquivos nacionais, sedeados em Lisboa ---*

----- *O grupo municipal do Bloco de Esquerda absteve-se na Moção 099/02 (PSD) - “Pelo reforço da divulgação científica, artística e pedagógica da Era dos Descobrimentos e consequente valorização dos museus e arquivos nacionais, sedeados em Lisboa” porque, apesar de conter uma parte resolutive que visa apoiar espaços museológicos e arquivísticos ao qual não temos oposição, tem imbuída em si uma visão glorificadora dos “descobrimentos”, na qual não nos revemos. -----*

----- *Em primeiro lugar, o uso do termo “descobrimentos” é historicamente errado pois indica que os navegadores portugueses teriam sido os primeiros a chegar a sítios quando, na realidade, estes eram habitados há séculos por outros povos. Esta moção comporta igualmente uma visão que ignora genericamente a brutalidade do tráfico de pessoas escravizadas e limita-se a enumerá-lo sem contexto histórico, no meio de outros pontos. -----*

----- *Finalmente, também não nos revemos na reflexão feita sobre os próprios museus, que não problematiza nem dá o devido enquadramento histórico à existência de objetos não europeus em museus portugueses, não reflete sobre as origens destas peças e não menciona o importante debate da restituição de obras pilhadas em contexto colonial. -----*

----- **Lisboa, 15 de dezembro de 2023** -----

----- **As Deputadas e os Deputados Municipais, eleitos pelo Bloco de Esquerda,** -----

----- *Isabel Pires* -----
 ----- *Vasco Barata* -----
 ----- *Maria Escaja* -----
 ----- *Leonor Rosas* -----
 ----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “Vamos ouvir a declaração de voto oral do Deputado Bruno Mascarenhas.” -----
 ----- **O Grupo Municipal do CHEGA**, apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**: -----
 ----- “Muito obrigado!” -----
 ----- Esta declaração de voto oral, nós votámos contra esta Moção do PSD, cuja sigla eu achava que era Partido Social Democrata, mas pelos vistos é plagio social democrata e o que é certo é que, nós entendemos que, pese embora concordemos com parte daquilo que está no argumentário, entendemos que esta sequência de copiarem, de irem a reboque dos votos do CHEGA, é absolutamente inaceitável. -----
 ----- Muito obrigado.” -----
 ----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “Deputado Carlos Reis.” -----
 ----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Reis (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----
 ----- “Senhora Presidente, nós não viemos de ontem! não viemos atrás não tribule de feira à procura de novas oportunidades individuais para cada um de nós. Nós não nascemos claque das análises de futebol. Nós somos um partido político fundado por Francisco Sá Carneiro, do qual o seu atual líder foi militante e foi militante até perceber que não tinha oportunidades de ascensão política social, que é sempre aquilo que eu ando à procura, portanto, o senhor deputado gosta de se e provocador. -----
 ----- Mas sobre plágio, podemos falar um bocadinho, nomeadamente sobre as teses de doutoramento ou de mestrado ou licenciatura do seu líder partidário e, se calhar, de alguns dos seus companheiros.” -----
 ----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “Senhor Deputado, obrigada! -----
 ----- Senhor Deputado Bruno Mascarenhas, defesa da honra, vamos ouvir.” -----
 ----- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Mascarenhas (CHEGA)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção em defesa da honra: -----
 ----- “Senhora presidente, naturalmente, aquilo que foi aqui dito isto é a defesa da honra, defesa da honra da bancada do CHEGA e do Senhor Presidente, eu quero que fique claro o seguinte. -----
 ----- É absolutamente indiscutível o mérito intelectual e académico do Professor Doutor André Ventura, é absolutamente indiscutível e quero dizer-lhes, Senhor Deputado, o Senhor está a entrar em caminhos perigosos, porque eu vou-lhe dizer o seguinte, o senhor diga quantos anos é que demorou a acabar o seu curso? Diga, por

exemplo, qual é que é a graduação do seu líder de Bancada? Diga lá qual é que é a formatura dele?-----

----- Portanto o Senhor quando quiser falar dos quadros do CHEGA, pense no que está a dizer, porque nós somos garantidamente, um por um melhor do que qualquer um do PS.-----

----- Obrigado!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, a sessão estava a decorrer também até aqui, tinha que..., pois faltava esta parte.-----

----- Vou só passar a palavra ao Deputado Carlos Reis e depois temos algo à nossa espera no Foyer Grande e, portanto, passo a palavra ao Deputado Carlos Reis.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Reis (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte fez a seguinte intervenção em defesa da honra: -----

----- “Senhor Deputado, o meu currículo académico pessoal está publicado, basta ir à Faculdade de Direito de Lisboa e na Secretaria e vê os anos em que eu saí da faculdade e nos anos em que eu voltei, quem me é próximo saberá explicar-lhe isso muito bem, mas há uma coisa que lhe digo, o PSD foi fundado por Francisco Sá Carneiro, o seu partido foi fundado por André Ventura.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ok, não vamos continuar nesta conversa.-----

----- Senhoras e Senhores Deputados, a sessão vai terminar, não sem antes primeiro de tudo convidar-vos às Senhoras e Senhores Deputados, e, naturalmente, às Senhoras e Senhores Vereadores, a deslocarem ao Foyer Grande, queria só desejar a todas e a todos, Festas Felizes!-----

----- Voltamos a encontrar-nos dia 9 de janeiro, agradeço aos trabalhadores da Assembleia Municipal de Lisboa, à Polícia Municipal, às nossas interpretes de língua gestual, a todas e a todos, ao público aqui presente e lá em casa, a todas e a todos, festas felizes! -----

----- Está encerrada a sessão, temos um lanche à nossa espera no Foyer Grande, até já!

----- A sessão terminou, eram dezoito horas e cinco minutos. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 388/AML/2021 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 23 de Novembro de 2021. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da então Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 16 de Dezembro de 2021 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/Secretários/2021. -----

----- A PRESIDENTE-----